

**Presidente da Mesa:** ... Aproveitar para informar que, aquando da intervenção, cada um começa por dizer o nome e a Bancada a que pertence. Obrigado.

Então, virando-me aqui para o PSD, quem é que costuma aqui ajudar-nos? Muito obrigado.

Então, vou começar os nossos trabalhos, dizendo que o Sr. Presidente da Mesa, Eng.º Moreira da Silva, não pôde estar presente (justificou a falta), e é substituído por Maria Carvalho Ferreira. E a Isabel Lourenço, do PCP, é substituída pela Dra. Isabel Lopes da Silva.

Diz aqui que o Partido Socialista também tem uma substituição, mas não tenho aqui nenhum documento, digamos, a pedir... é capaz de ter chegado por *email*. Já agora, para que fique registado aqui depois em ata, quem faltou e quem substitui.

**Teresa Almeida (PS):** Portanto, nós pedimos a substituição de Manuel Costa e de Óscar Rodrigues. São os dois que não estão presentes.

**Presidente da Mesa:** Substituídos por?

**Teresa Almeida (PS):** Miguel Romão, que substitui o Pedro Rodrigues – que era o seguinte da Lista, e que não está – e por Fernanda Santos.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado.

Dava, então, a palavra ao público, se alguém quiser tomar a palavra. Faça favor, tem a palavra. Ia-lhe pedir a sua identificação.

**Luciano Tavares (Elemento do público):** Bom, o assunto que me trouxe é o seguinte: hoje, quando cheguei aqui ao fim da Gregório Lopes, apareceu um grande letreiro da Câmara a dizer: licitação de terrenos. São os terrenos que há atrás daquelas torres, que davam diante do supermercado novo que existe, até à parte de cima daquela rua que vai do Espírito Santo ????. Aquilo é um chiqueiro imundo. Estava ali, eu não percebi que aquilo era público, julguei que era de privados; que aquilo não era arranjado, porque era da Câmara, que tem dificuldades. Parece-me – que eu fui das pessoas que ajudei a fundar o Restelo, ainda no tempo do Teotónio Pereira ??? – a Colina do Restelo era considerada uma colina com características especiais e com qualidade. A Colina do Restelo está massificada e destruída. O nosso coeficiente de CO<sub>2</sub>, e tudo isso ????. E eu fiquei muito chocado, porque aquele terreno, que é um terreno enorme, e querem lá fazer mais monstros.

Eu fazia um apelo para que a Junta de Freguesia expusesse o assunto na Câmara; aquilo justificava que fosse um jardimzinho. Eu hoje senti-me envergonhado, como avô, de ver umas senhoras, coitadinhas, da creche, com umas crianças pequeninas no meio daquele ??? a servirem-se de jardim, à volta de umas árvores, e com umas pedrinhas que elas puseram para as crianças não se perderem. Acho que o Restelo merece mais dignidade.

E agradeço o tempo que me deram.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado, Sr. Prof. Luciano Tavares. Mas, eu pedia a quem viesse que se identificasse logo de início.

Alguém mais quer tomar a palavra? Faça favor. Peço para dizer o nome.

**José Caetano (Elemento do público):** Muito boa noite, minhas senhoras e senhores. Sou José Caetano.

Então, é o seguinte que me traz cá hoje: manifestar o meu apreço, os parabéns pelas instalações para as grandes reuniões, grandes decisões que a Freguesia precisa de tomar. E espero que ???.

Eu, durante muitos anos, ??? problemas de segurança na freguesia, de vária ordem, principalmente rodoviária. Continua-se hoje a assistir ??? trânsito intenso, e a proteção dos peões continua a ser a mesma ou inferior do que há trinta anos, quando se começou a usar da palavra nesta autarquia sobre este problema. Há de lembrar que é preciso acontecer o que aconteceu em frente à Escola Secundária do Restelo, que eu aqui alertei várias vezes, enquanto autarca, que era urgente fazer a passagem pedonal sobre a avenida. Alguns membros, na altura, manifestaram-se contra, que não justificava o investimento. Eu insisti vários anos. Foi preciso morrer alguém para que em três semanas, à pressa, fosse feita a passagem pedonal que hoje lá está. ??? acabou por ficar mal utilizada, na minha opinião ???. Espero que não estejam à espera que aconteça o mesmo que ??? na Avenida ??? segurança se impõe, existe, e há todas as condições para que sejam retomados.

Passemos a outro ponto, em Caselas, onde moro, e os senhores, na maior parte, conhecem: todos os anos há acidentes com as enxurradas de águas que vêm de várias zonas da Serra do Monsanto. Eu vivo lá há sete anos. Agradecia ao Sr. Presidente da Junta que procedesse, em tempo útil, à limpeza das linhas de água, a partir da Serra do Monsanto, a desaguar em Caselas, que foram obstruídas as linhas de água com a construção da urbanização ???.

Falando em Caselas, liga a outro assunto que eu manifestei várias vezes, enquanto autarca, chamado de pinheiro da curva da morte, em Caselas. Manifestei-me várias vezes. Dois pinheiros que lá estavam, eram um perigo iminente, até que um caiu, há dois anos, e não caiu em cima de um autocarro por segundos. Hoje, o que lá está, está seriamente a cair ???. Se aquilo cair para cima do parque onde estão as crianças, depois do alerta oficial, e se acontecer um acidente, quem assume as responsabilidades se houver vítimas?

Mais: há duas ruas no Restelo, uma das quais ??? todos os moradores ??? que sempre que chove, transformam-se em rios intransitáveis. É a Rua ??? e a Rua ???. Sempre que chove. É preciso pôr, várias vezes, paletes para as pessoas passarem nos passeios para a estrada. Espero que o Sr. Presidente tenha em atenção.

Voltando a Caselas, eu pedi, há tempos, uma reunião, há dois meses, porque havia algumas ruas que estavam quase intransitáveis. Se fizerem o favor de passar por lá ????. Agradecia que, realmente, as ruas que eu mencionei fossem tidas em atenção, em frente às escolas, que algumas pessoas se manifestaram, dizendo que está intransitável. Tanta é a água, que ninguém lá passa. Vejo que há aqui pessoas que moram lá, têm algum conhecimento sobre a situação.

Ainda em Caselas, as sarjetas são várias. Repararam uma delas ??? onde se começou a freguesia ??? e nenhuma delas está em condições de ter qualquer água ??? sarjetas entupidas. O outono já começou.

Também, voltando um pouco atrás, na última reunião em que eu estive, alguém me chamou à atenção sobre as dificuldades que se verificaram nas instalações da Junta nas eleições, na Escola Paula Vicente. É verdade, eu conheci em 1975, entre outros delegados dos vários Partidos representados, manifestámos este desacordo, porque não eram condições para as pessoas se deslocarem, com dificuldades. Por isso se optou, na altura, pela Escola Secundária do Restelo. E espero que a Escola Paula Vicente, por razões de utilização, que tem todas as condições para servir ??? de eleições, mas que precisa de ser, realmente, estudado previamente como adaptá-la para o efeito.

Meus senhores, tenho dito. Muito obrigado pela atenção.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado, Sr. Caetano.

Mais alguém do público quer tomar a palavra? Ora, ninguém mais querendo usar da palavra, eu dava, então, a voz aqui ao Sr. Presidente, para responder conforme entender.

**Presidente do Executivo:** Boa noite. Boa noite, Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Membros da Assembleia, caros colegas, membros do público aqui presentes. É sempre um agrado receber uma participação significativa da população nestas Assembleias de Freguesia, e isso demonstra que as pessoas estão realmente interessadas em contribuir para que, realmente, a vida de todos nós melhore um pouco, com as contribuições de todos. Para nós, isto é um estímulo, de facto, vemos pessoas interessadas aqui a dar o seu contributo.

Começando pelo Prof. Luciano Tavares, saúdo-o. De facto, posso-lhe dizer que fui surpreendido por essa questão, que eu não conhecia. Devo dizer que não conhecia. E nós vamos ver o que é que se passa nessa zona aí da Colina do Restelo, junto à Avenida Gregório Lopes, o que é que se passa com esse projeto, projeto de urbanização que a Câmara está a levar a cabo nesse sítio, que não faço ideia. Vamos ver o que é que se passa. Ainda por cima ??? da Assembleia Municipal também... Como? Vamos saber o que é que se passa, está bem?

Quanto ao Sr. José Caetano, é uma pessoa habituada a vir cá várias vezes às nossas reuniões, uma pessoa muito interessada aqui pela coisa pública.

Portanto, quanto à questão do trânsito intenso na Avenida Ilha da Madeira, é um facto, e por esse motivo nós já tomámos medidas, junto da Câmara, para identificar os locais – e esse é um deles, que está claramente identificado – para podermos avançar com algumas medidas que vão permitir diminuir a velocidade dos veículos, e permitir a passagem com maior segurança nessa via. Posso-lhe dizer, a título de exemplo, por exemplo, passagens pedonais sobrelevadas, com ilhas no meio (para não ser tão larga a passagem), e outros tipos de medidas que estão a ser vistas pelos técnicos da Câmara, do trânsito.

Quanto a Caselas: em Caselas, temos feito um trabalho – se tiver reparado, e eu sei que já reparou – a nossa Higiene Urbana tem feito um trabalho muito significativo na limpeza dos sumidouros, e na própria limpeza do bairro. Realmente, há uma zona, em que uma parte é da nossa responsabilidade, e a outra parte é da Câmara, através ??? da DMAU – Direção Municipal de Ambiente Urbano. Mas, isso não interessa. Agora, é evidente, devido à própria situação, de enxurradas, quando chove muito, de águas para aquela zona, pode tornar, às vezes, as situações bastante difíceis.

Pinheiros em risco de cair: sim senhor, estamos atentos. Aliás, um deles – depois vou passar a palavra aqui ao meu colega, Dr. João Carvalhosa – mas um deles, até já foi retirado, aqui há uns tempos, que estava em risco, e foi retirado.

E ruas intransitáveis, também já fizemos lá vários trabalhos, em algumas ruas que estavam muito mal. Eu sei que ficaram outra vez mal rapidamente, o alcatrão desapareceu, e nós reclamámos junto da empresa que fez esse trabalho. De qualquer forma, o que eu lhes quero dizer é que, mesmo assim, nas últimas enxurradas que houve em Lisboa, em Belém não houve grandes problemas. Em comparação com o que houve no resto de Lisboa, nós até dizíamos a brincar, no outro dia, ao Sr. Presidente da Câmara, que temos uma máquina muito especial, que sopra as nuvens para fora de Belém. Pronto. Mas aqui não houve, realmente, grandes problemas.

Na Rua Tristão Vaz ??? também disse que há lá problemas.

Quanto às instalações das escolas: de facto, tomámos a devida nota, e, de facto, em próximas eleições, já vamos levar a experiência anterior, vamos melhorando o sistema, e vamos tentando fazer com que essa situação fique completamente independente da existência, ou não, de bombeiros. Que fique completamente independente da existência de bombeiros, independente. Não deixam de estar lá os bombeiros, mas já não vai ser preciso andarem a transportar pessoas para cima e para baixo. Já temos as nossas ideias sobre essa matéria, e portanto, em próximas eleições, não vai haver esses problemas adicionais, até para suprir eventuais más vontades de outras entidades, que agora não interessa para o caso.

E pronto, no final, foi isto que foi posto aqui. Vou passar aqui ao Dr. João Carvalhosa, para complementar a minha informação.

**João Carvalhosa (Vogal):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Só para dar aqui duas ou três notas, a primeira em relação às sarjetas e aos sumidouros. Nós temos estado a fazer, já iniciámos a limpeza das sarjetas. Era um trabalho que estava programado: nós programámos em julho, para começar no final de setembro a limpeza das sarjetas. Enfim, mas a chuva, de facto, surge em qualquer altura do ano, não é controlável, obviamente, e portanto, naturalmente, estas primeiras grandes chuvadas caíram antes desse trabalho, embora, como o Sr. Presidente já referiu, não tivessem afetado particularmente a nossa freguesia, e ainda bem.

Mas, esse trabalho está a ser feito, já foram limpas muitas sarjetas, nós temos estado a fazer a requalificação de algumas das sarjetas que se encontram partidas. Em alguns casos é muito difícil; objetivamente, em Caselas, na Rua ??? é um dos casos, porque o camião do lixo constantemente parte as pedras que nós colocamos, tanto que até já andamos a inventar pedras novas, e formas novas, e pedir à empresa que fornece as pedras para as executar, exatamente para tentar evitar que partam constantemente as pedras. Mas, é um trabalho que tem estado a ser feito, e vai continuar a ser feito.

Falando ainda sobre a questão das ruas em mau estado: obviamente que nós alertamos constantemente a Câmara sobre este assunto, e bastou ver as primeiras chuvas caírem, e os buracos voltaram a abrir nas zonas que referiu.

Quanto à diminuição da velocidade, é interessante ter chamado isso aqui hoje à atenção na Assembleia, porque nós tivemos, hoje à tarde, mais uma das reuniões com a equipa da Câmara, da Mobilidade e Acessibilidades, porque nós, já há vários meses, apresentámos à Câmara um plano de redução de velocidades, onde inclui as medidas que o Sr. Presidente disse – portanto, a sobrelevação de passadeiras, a criação de refúgios, o estreitamento de vias, a colocação de sinais verticais com radar de velocidade. Portanto, apresentámos isto para uma série de ruas; com certeza mais do que dez ruas na freguesia. E hoje, estabelecemos um cronograma, ou um planeamento de intervenção já mais concreto, e posso-vos, enfim, adiantar – espero não estar a fazer nenhuma inconfidência com os serviços da Câmara – mas que planeámos começar a intervenção, uma intervenção que, para já, vai ser provisória, no sentido de que vão ser feitos alguns testes. E portanto, isto é um processo que, como calcula, não é simples, não é simples convencer os Departamentos da Câmara a nos deixarem fazer este tipo de coisas, muito menos que seja a Câmara a fazê-lo. O que é certo é que andamos há meses, já com a Câmara, a tentar implementar as medidas, e vamos conseguir implementar.

Vamos começar, em princípio, por duas ruas: a Avenida Ilha da Madeira, e a Rua Fernão Mendes Pinto, lá em baixo, em Pedrouços. Vão ser duas ruas piloto, onde nós vamos testar e vamos implementar algumas das medidas, e naturalmente, também daremos conta dos resultados, porque essa é uma das coisas de que nós fazemos questão: nós queremos saber o que é que existe, e depois de implementarmos as medidas, o que é que aconteceu, com estudos de velocidade. Isto não existe; se perguntarmos à Câmara: “Vocês sabem quantos carros passam, ou qual a velocidade a que passam?”, ninguém sabe. Isto dito pela

Câmara, não sou eu que estou a dizer. E portanto, nós vamos fazer esses estudos de velocidade, os estudos de pessoas que atravessam passadeiras, o estudo de quantos carros atravessam aquela via, e depois vamos comparar, no final, para ver qual é que foi o resultado. Portanto, isto vai arrancar muito, muito em breve.

Obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado, Dr. João. Muito obrigado ao público.

Passava, então, ao Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos. Certamente que darei a palavra a quem o solicitar. Então, passamos ao Ponto n.º 2 da ordem de trabalhos, que é o Período de antes da ordem do dia.

Alguém quer tomar, então, a palavra? Começava já aqui pela minha esquerda. Faça favor.

**Teresa Almeida (PS):** Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Cumprimentar a Mesa, o Sr. Presidente e o seu Executivo, os membros da Assembleia e o público.

Sr. Presidente, aquilo que nós gostaríamos de perguntar: durante este mês de setembro, teve início mais um ano escolar; como é que decorreu esse início nas escolas da freguesia. Sabemos que houve problemas com a colocação de professores; penso, de alguns relatos que tive, que também aqui houve problemas. Gostaríamos de saber se se confirma, se ainda não estão colocados, se neste momento, passadas cerca de três semanas sobre o início do ano escolar, se ainda há escolas sem alunos, e essencialmente nas escolas do ensino básico, uma vez que a Junta de Freguesia tem aqui competências, não na colocação de professores, como é óbvio, mas naquilo que é o acompanhamento dos equipamentos educativos, e com certeza da preocupação que deve ter relativamente aos alunos da freguesia, e se eles estão, neste momento, ainda com problemas, ou se estará resolvido, ou não.

Muito obrigada.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado também. Eu, se calhar, dava... é melhor continuar, e depois, no final, responde às questões colocadas.

Dra. Isabel Lopes da Silva, se faz favor, tem a palavra.

**Isabel Lopes da Silva (PCP):** Neste ponto do PAOD, eu vou entregar... Isabel Lopes da Silva, estou em representação da eleita da CDU. E eu vou apresentar quatro moções para deliberação, e um outro assunto, a resposta do CNE sobre as eleições, as últimas eleições. Eu vou ser muito sucinta e rápida, para não tomar muito tempo, e tenho cópias para cada um dos Partidos, tenho cópias para cada um dos Partidos aqui à volta das Mesas. Eu penso que a Mesa já recebeu as cópias por *email*. Chegaram?

**Presidente do Executivo:** Não chegou nada à Junta de Freguesia.

**Isabel Lopes da Silva (PCP):** Não chegaram? Então, eu fui informada de que chegaram. Eu tenho aqui cópias, portanto, eu entrego na mesma.

Portanto, eu vou começar pela primeira moção para deliberar, que é sobre a privatização da Empresa Geral de Fomento, pertencente ao Grupo...

**Presidente da Mesa:** A Dra. Isabel vai ler?

**Isabel Lopes da Silva (PCP):** Não vou ler tudo, para não demorar muito tempo...

**Presidente da Mesa:** Se calhar, seria melhor fazer a distribuição prévia.

**Isabel Lopes da Silva (PCP):** Tudo bem, mas eu só estou a pensar nas pessoas que estão aqui. Pronto.

Quanto à privatização da Empresa Geral de Fomento, pertencente ao Grupo Águas de Portugal, está na calha a sua privatização. E nós entendemos que essa privatização não tem qualquer justificação económica, social, ambiental – estaria aqui o Sr. Presidente eleito da Mesa, que compreenderia isso muito bem – e foi contestada já por populações, trabalhadores e pela maioria dos municípios.

Nós propomos, então, que a Assembleia de Freguesia de Belém delibere:

1. Manifestar o seu repúdio por esta medida do Governo tão gravosa para o Município de Lisboa;
2. Apoiar e apelar à mobilização e intervenção das populações, dos trabalhadores e das autarquias para impedir a entrega do vasto património que levou décadas – décadas – a construir e a consolidar;
3. Enviar esta moção para várias entidades públicas, desde o Primeiro Ministro, ao Ministro do Ambiente, aos Grupos Parlamentares, Câmaras, etc., etc.

Pronto, ela já está distribuída. Já têm? Tinha quatro. Eu decidi que seria rápido, para não tomar muito tempo, está bem?

A segunda moção... Sr. Presidente da Mesa, dito todas? É melhor, não é? É melhor.

**Presidente da Mesa:** Se puder sintetizá-las, tanto melhor.

**Isabel Lopes da Silva (PCP):** É isso que eu estou a fazer.

A segunda moção é “O fim do massacre imediato do povo palestino”. Esta é uma causa dramática, aqui mesmo ao nosso lado. É que nós estamos assim distraídos, mas é aqui perto. Eu pertença ao Movimento para a Libertação da

Palestina, tal como o Frei Bento Domingues, de quem vos falei há tempos. Fomos já muitas vezes à Faixa de Gaza. No ano passado, decidimos que já não íamos mais, já somos velhos. Pronto. E o que nós queremos que seja deliberado, e propomos à Assembleia de Freguesia de Belém, é:

1. Repudiar e condenar o brutal ataque da força aérea israelita contra o povo palestino, que visa castigar coletivamente um povo que luta pelo seu direito de Estado Independente – que já o é, pelas Nações Unidas – e que tem por objetivo obstruir quaisquer negociações e soluções pacíficas para uma ocupação que dura há décadas;
2. Denunciar o recente incremento de todas as formas de intimidação e das tensões nos territórios da Cisjordânia e em Jerusalém Leste, de cidadãos palestinos;
3. Manifestar toda a solidariedade e apoiar o direito do povo palestino a resistir à ocupação do seu território, e exigir o fim de todas as formas de ataque por parte das forças israelitas;
4. Dar conhecimento desta moção ao representante da Autoridade Nacional da Palestina em Portugal, e à Embaixada de Israel.

Pronto. Agora a terceira, a terceira moção... Posso continuar? Sr. Presidente da Mesa, a terceira moção diz respeito ao Orçamento Retificativo que acrescenta novos cortes salariais e novas restrições orçamentais nos serviços públicos, e um novo saco fiscal. Este Orçamento Retificativo confirma a degradação da nossa situação económica. Eu não vou aqui estar a descrever “tintim” por “tintim” – é na saúde, é na educação, é nos tribunais, é nas repartições de Finanças, etc., etc. Pronto.

Portanto, o que nós queremos, propomos que a Assembleia de Freguesia de Belém manifeste solidariedade com todos os trabalhadores, desempregados, pensionistas e reformados que lutam por melhores condições de vida, com direitos e dignidade. E dar conhecimento da moção à CGTP e à UGT. Isto é o mais resumido possível.

A outra moção, agora tenho que distribuir... Só falta uma moção. A quarta moção diz respeito a uma situação muito cara para todos nós aqui presentes, desde o público desde os representantes eleitos aqui dos vários Partidos, desde a Mesa, etc. Desculpem, não me levem a mal os senhores do Partido Socialista, mas o Dr. Miranda Calha lembra-se do Dr. António Arnaut e do Prof. Luciano Carvalho, nosso amigo, o que foi a instituição do Serviço Nacional de Saúde, que faz trinta e cinco anos. Faz trinta e cinco anos, e é um aniversário triste. A saúde global para todos, não é assim? Pronto.

Nesta moção, nós denunciámos a degradação constante desse Serviço Nacional de Saúde. E a proposta que nós temos aqui é, exatamente:



1. Saudar, antes de mais, o trigésimo quinto aniversário do Serviço Nacional de Saúde, que foi uma conquista que não tem explicação. Dr. Miranda Calha – desculpem não me dirigir a vós, mas o Dr. Miranda Calha presenciou isso, com certeza. Pronto.
2. Apoiar as lutas das populações na defesa do direito constitucional à proteção da saúde;
3. Apoiar as lutas dos profissionais da área da saúde pela dignificação das suas profissões, em defesa desse mesmo Serviço Nacional, e das populações que a ela recorrem;
4. Repudiar todas as medidas que põem em causa a universalidade da prestação dos cuidados de saúde consagrada na Constituição da República Portuguesa, e que promovem a degradação desse mesmo serviço, e que continuam a abrir as suas portas aos privados;
5. Enviar esta moção ao Sr. Presidente da República, da Assembleia da República, Sr. Primeiro Ministro, Ministro da Saúde, Ordem dos Médicos, e por aí adiante.

Quanto às moções, terminei. Mas, agora ainda tenho outra coisa, Sr. Presidente da Mesa.

Agora, aqui o próximo e último documento a que eu me quero referir, agora neste PAOD – Período de antes da ordem do dia (como todos sabem), é a resposta do CNE – Comissão Nacional de Eleições, às queixas que a CDU fez no próprio dia das eleições, do comportamento do Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Dr. Fernando Ribeiro Rosa, e que, de forma clara, o CNE advertiu o Sr. Presidente da Junta de Freguesia das irregularidades de que foi responsável. O mesmo Sr. Presidente alegou a sua boa fé em permitir que eleitores com necessidades específicas, pronto, dificuldades de mobilidade – que foi o caso – o acesso ao voto de modo muito *sui generis*. Por sua vez, a CNE, nesta deliberação, deixa bem claro os critérios definidos por Lei, e que – essa do “*sui generis*” é minha, e como está ali aquela senhora na Mesa, faço o meu – como é que disse da outra vez? – o meu papel, o meu número. Pois, mas eu não tenho nada a ver com isso. Como? Está muito melhor, é mais poderoso, isso é verdade.

Por isso, deverão ser criadas com a necessária antecedência condições para que todos os eleitores tenham acesso à sua mesa de voto. Por isso, é fundamental que nas futuras eleições se tomem as devidas cautelas e precauções, a fim de obviar a que tal volte a acontecer.

E disse.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. Só nos falta aqui a quarta moção. Pedia que nos fizessem chegar à Mesa, quando pudessem. Muito obrigado.

Do PSD, alguém quer tomar a palavra? Faça favor, Dr. Gonçalo Silvério Marques, tem a palavra.

**Gonçalo Silvério Marques (PSD):** Muito boa noite a todos.

Eu desejava ler uma moção, que está subscrita pelo PSD, que já teve o apoio de mil e novecentas e tal pessoas, e ??? mil, seiscentas e noventa de outra petição. Portanto, temos aqui as assinaturas. Penso que os nossos colegas do PS já tiveram conhecimento da moção, e a colega do PCP também. De qualquer maneira, eu vou ler, porque acho que é relevante o tema, e a forma como está exposta.

“Em defesa dos brasões florais do Jardim da Praça do Império”

*“A Câmara Municipal de Lisboa tem como projeto, já em fase de lançamento concursal, reabilitar o Jardim da Praça do Império, excluindo dessa intervenção alguns brasões por, alegadamente, serem símbolos do colonialismo, segundo o Sr. Vereador José Sá Fernandes. Recentemente, foi sugerido pelo Sr. Vereador que se passasse primeiro uma fase de concurso de ideias, o que poderá alterar o jardim para outro formato qualquer que saia vencedor.*

*Os signatários vêm, por este meio, manifestar a sua total oposição a esta iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, visto ser uma atitude de branqueamento da história, de alteração do património cultural de Lisboa e do país, apenas por questões ideológicas, tentando apagar parte do que foi o legado de história comum, bem como despedir um dos ??? português, de 1940, com as alterações introduzidas nos anos sessenta.*

*??? a Câmara Municipal de Lisboa no sentido de colocar um fim a este procedimento e iniciar um outro que leve à reabilitação dos brasões, respeitando a sua imagem e configuração original.”*

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**Presidente da Mesa:** Eu agradeço, a Mesa agradece. Pedia-lhe, então, cópia também da moção, para depois colocar aqui à votação.

Eu dava a palavra ao Sr. Presidente, sobre as questões, nomeadamente as aqui colocadas pela Dra. Teresa Almeida, que é o acompanhamento do processo educativo, e pela Dra. Isabel, particularmente pela questão da CNE.

Sr. Presidente, tem a palavra, por favor.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia:

Começando pela Sra. Arq.<sup>a</sup> Teresa Almeida: ouvi a sua declaração com muito interesse. Realmente, aqui nas escolas da freguesia, de uma forma geral, não houve grandes problemas, as aulas começaram na data prevista. Houve um ou

outro caso ??? pelas informações que nós temos das escolas, não houve assim grandes problemas. Aliás, têm-nos dado grandes alegrias: há coisa de uma semana, ??? da Escola Secundária do Restelo, ??? da antiga Junta de S. Francisco Xavier, que nós continuamos com essa prática, e tivemos o prazer de ver aqui algumas das escolas de maior prestígio do país, e de facto, com médias bastante altas, com alunos com grande aproveitamento escolar. Mas, realmente, não houve grandes problemas registados no início das aulas, e por isso, deu-se tudo de uma forma normal.

Quanto à Sra. Dra. Isabel Lopes da Silva, sim senhor, constatei isso, já tinha ouvido falar, já tinha recebido a notificação da CNE, de que vou reclamar, como é evidente, porque há uma grande confusão referente àquela situação. Em linguagem simples, é só isto: a Assembleia de Freguesia ??? mas a Assembleia de Voto é a área geográfica da Junta de Freguesia. Cada freguesia tem uma Assembleia de Voto. E depois, dentro da Assembleia de Voto, podem haver várias secções de voto, ou só uma. Neste caso, confunde-se “Assembleia” com “Secção” de voto, só num local, portanto, uma secção de voto. Antigamente havia duas, por exemplo: havia uma na Escola Secundária do Restelo, e outra no Marquês de Pombal; uma Assembleia de Voto com duas Secções de Voto. Neste caso, tínhamos uma Assembleia de Voto, com uma Secção de Voto.

A Comissão Nacional de Eleições vai ter que me responder isto, ??? tem que me dizer... se Secção de Voto é igual a Mesa de Voto, pronto, têm toda a razão, mas então, ??? temos que ir ver isso, porque está em contradição. No próprio livrinho que entregaram nas mesas, também está. Portanto, isso tem que ficar claramente definido, porque há quarenta e três anos – não é *sui generis* – há quarenta e três anos... não, trinta e quatro, trinta e quatro anos que nesta freguesia se processa desta forma. Isto é, entra a pessoa no edifício da Assembleia de Voto, que neste momento, é também a Secção de Voto, é o edifício, fecha-se a porta, e o Presidente da Junta tem que verificar se nos corredores há alguém ??? e quem decide isso depois é o Presidente da Mesa, da Mesa de Voto. Mas, neste caso, desde que a Assembleia / Secção de Voto esteja fechada (que é o edifício), mais ninguém pode entrar; mas quem lá está em trânsito, e quem foi ter ao *guichet* da Junta para saber qual era a Mesa dele, que não sabia, tem o direito a votar. É um direito constitucional de qualquer cidadão poder votar, é superior a qualquer tipo de interesse, ??? democrática.

E quanto à outra questão, do deficiente, a Mesa... o deficiente tinha algum medo de ir com os bombeiros, algum medo de cair, e pediram para a Mesa ir ter com eles ??? ex-Presidente da Junta, do Partido Socialista ??? não é isso que está em causa. Agora, sempre ??? aliás, ??? Presidente da Junta, o Sr. Cosmelli, a Mesa dirigia-se ao local ??? aquilo ficava isolado, as pessoas votavam, e voltavam outra vez. Sempre foi feito assim, há trinta e quatro anos. Portanto, não foi *sui generis*. Deu uma grande confusão, porque já ??? com esse senhor, da Comissão Nacional de Eleições ???.

Entretanto, esqueceu-se de um outro termo que não está aí: a advertência não está prevista na Lei. Entretanto, você teve uma outra advertência, porque houve uma queixa contra a CDU – esqueceu-se dessa, que também já falámos aqui,

mas esqueceu-se, e depois posso dar-lhe uma cópia ??? porque abusivamente utilizaram os placares informativos da Junta de Freguesia para fazerem campanha partidária durante as eleições, completamente ilegal. Isso foi fotografado, há prova documental sobre isso, foi enviado para a CNE, e também a CNE censurou a CDU por ter ilegalmente feito campanha nos placares oficiais da Junta de Freguesia, que está lá a prova documental, em vários placares, nuns seis ou sete placares. E portanto, esqueceu-se. Mas eu, depois, posso arranjar u exemplar da decisão da CNE, de censurar ???.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado, também.

la pôr à votação as moções. Então, eu vou pôr à votação as moções, e vou pô-las pela ordem com que me chegaram aqui à Mesa.

A primeira moção que vamos votar é sobre “A privatização da EGF, um atentado ao interesse público”. Vamos, então, votar. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, seis votos contra, cinco abstenções (do PS) – os seis votos contra são do PSD – e um voto a favor. Sete votos contra, cinco abstenções... Eu vou repetir, para que não haja confusões. A votação foi: sete votos contra (do PSD e do CDS), cinco abstenções (do PS), e um voto a favor, que foi da proponente.

Passo para a segunda moção, que é sobre “O fim ao massacre do povo palestino”. Quem vota contra? Quem se abstém? Voto a favor da Dra. Isabel.

Passamos, então, à Moção n.º 3, que é sobre “O Orçamento retificativo, que acrescenta novos cortes salariais e novas restrições orçamentais nos serviços públicos” – portanto, é o título da moção. Vou pôr, então, à votação. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Dra. Isabel. Portanto, rejeitada por maioria.

Moção n.º 4, presente pelo PSD, e cujo título é “Em defesa...” Peço desculpa, continuamos com a proposta presente pelo PCP, cujo título é “Em defesa do Serviço Nacional de Saúde, uma das mais importantes conquistas da Revolução de Abril”. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Rejeitada por maioria.

Vamos, então, à Moção n.º 5, que foi presente pelo PSD, e cujo título é “Em defesa dos brasões florais do Jardim da Praça do Império”. Quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota contra? Portanto, a proposta foi aprovada.

Tem a palavra.

**Teresa Almeida (PS):** Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Embora, enfim, tenham sido apresentadas várias moções, obviamente que em muitas delas não tínhamos sequer condições para podermos ter uma apreciação

mais cabal do que estava a ser proposto, e portanto, não concordamos com esta apresentação de muitos temas que vêm para cima da mesa, e para os quais nos pedem a nossa participação, mas para a qual não houve qualquer fundamentação. E discordávamos apenas de uma proposta do Partido Comunista, relativamente ao conflito no Médio Oriente, uma vez que entendemos que há situações graves de parte a parte, e que não pode haver apenas uma visão parcial sobre este problema, e portanto, não podemos concordar de maneira nenhuma com a forma como as coisas são apresentadas. E nas outras moções também apresentadas pela CDU, não concordamos com algum radicalismo que está contido na moção. Portanto, até poderíamos ter concordado com alguns princípios abordados, mas nunca concordaríamos com os termos em que as questões são propostas, e daí esta situação de abstenção, não discordando do tema em si, mas da forma como é proposta, depois, a sua formulação.

Relativamente à questão dos brasões, consideramos que a proposta não é oportuna, uma vez que, de facto, houve notícias, houve uma posição que a Câmara apresentou, mas para a qual retirou a proposta, e está, neste momento, a ponderar relativamente ao processo daquilo que poderá ser a proposta para o ajardinamento da Praça do Império. Daí considerarmos que se tivéssemos tido tempo de falar antes da votação, o pedido ao proponente para retirar e para ficar para uma outra abordagem, depois de haver mais dados sobre o processo. Mas, enfim, tendo sido votada, a nossa posição é, de facto, contra.

E não deixamos de referir também que o Sr. Presidente da Junta, nesta área da Junta de Santa Maria de Belém, é Presidente há doze anos, já tinha doze anos de exercício, e o estado, enfim, de falta de cuidado e de tratamento daqueles brasões já se efetivava, e não houve aqui grande preocupação, pelo menos do nosso conhecimento, relativamente a manter aqueles ajardinamentos. Entendemos que o assunto merece ponderação, mas também entendemos que não tendo havido até agora uma posição definitiva por parte da Câmara, que é extemporânea esta aprovação.

**Presidente da Mesa:** Não pode haver diálogo. Muito obrigado.

Alguém pediu a palavra? Faça favor.

**Margarida Cabral (PSD):** Margarida Cabral, PSD.

Eu gostava de falar em relação a esta questão das moções, concordando com o PS, que, de facto, um dos problemas é nós conhecermos as moções no momento em que as vamos votar. Também me parece que haveria grande vantagem para a Assembleias de Freguesia em que nós nos concentrássemos, mesmo nas moções, nos assuntos próprios da freguesia. Não quer dizer que, excecionalmente, não se justifique tratar de algum assunto de política nacional (mais dificilmente de política internacional), parece-me que todos nós temos imensas opiniões sobre imensas coisas de política nacional e de política internacional que gostaríamos de veicular, e este é o nosso veículo para falar, nós não temos outro veículo, e portanto, todos poderíamos fazer inúmeras moções

em todas as Assembleias de Freguesia. Há quatro Assembleias de Freguesia por ano, nós fomos eleitos para, sobretudo, tratar do interesse da população da freguesia, dos interesses da freguesia. E portanto, eu faria um apelo a todas as Bancadas: que nos concentrássemos, mesmo nas moções, nos assuntos que interessam especificamente à população da freguesia, e deixássemos a política nacional e internacional para outros fóruns.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. Sr. Presidente, quer tomar a palavra? Já agora, se faz favor.

**Helena Ramalho (PSD):** Helena Ramalho, PSD.

Embora fazendo minhas as palavras da minha colega, bem como concordando também com o PS, acrescento que os assuntos são tão importantes, que fazem parte das moções, também me parece que... peço desculpa, não fique ofendida, mas é quase leviano trazer assuntos tão importantes para um fórum que não é adequado para os discutir. Realmente, é Assembleia de Freguesia, é da freguesia; não é ??? nacional e muito menos internacional, por muito que nos incomode tudo o que se passa fora. Só quem não tem sensibilidade é que não se incomodará com o que se passa lá fora. Mas, parece-me que, efetivamente, não é o fórum adequado, e que é um pouco – peço desculpa, vou repetir outra vez – leviano, digo eu, se calhar, sem querer ofender ninguém.

Obrigada.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. Sr. Presidente, por favor.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Há bocado, quando referiu aqui sobre a questão da moção dos brasões, que eu já sou Presidente há treze anos – doze da Freguesia de Santa Maria de Belém ??? desde a última ??? não, mas a verdade é ???. De qualquer forma ???. Agora, a questão ??? mas houve algo ??? porque precisamente já tinha tido oportunidade de falar desse assunto com o Sr. Vereador José Sá Fernandes ??? Sra. Deputado do Bloco de Esquerda. E pronto, realmente, não era naquele dia essa sessão da Comissão do Ambiente, o momento adequado para se falar sobre isso, porque não estava agendada essa matéria, mas eu queria aproveitar para falar sobre essa matéria. Mas, ele disse-me logo claramente: “Não vou gastar dinheiro com uma coisa que já não existe.” Eu disse que a história ??? uma censura à história; a história assume-se como tal, nas coisas boas e nas coisas más, são os factos. Pronto. E, realmente, ??? outras forças políticas, o próprio Partido Socialista ??? os próprios Vereadores dentro da Câmara me deram razão, vários deles.

De qualquer forma, quando tive essa resposta por parte do Sr. Vereador, que tentou ??? aquilo não era ??? a Praça, como estava em 1960, 1961, ??? parcial, mas não é isso que nos interessa; interessa ficar tal e qual como estava a Praça do Império. “Mas eu não gosto desse nome, Império.” ??? pronto, paciência, é

“Praça do Império”, e como tal, tem tudo ali à volta: tem os Jerónimos, tem o Padrão dos Descobrimentos ??? tentar reabilitar o jardim como estava em 1960, ??? . E foi por isso ??? porque entretanto as redes sociais começaram a movimentar-se, ??? só porque, neste momento, se entendeu que era a altura adequada, devido ao estado máximo de degradação a que entretanto chegou ??? agora já não se vê nada, ??? . Mas, nós ainda temos esperança de que, realmente, se consiga salvaguardar aquilo. ??? quer dizer, ??? nós estamos presentes, temos um mecenas que trata disso. E depois, entretanto, ??? e arranjámos a questão ??? . E achei piada, porque depois, na Assembleia Municipal, houve um Sr. Deputado que foi lá falar, e eu achei engraçado, porque ??? 2009, do Aquaparque, que também aquilo estava assim numa situação já um bocado esquisita ??? . Isto aqui, também receio que seja uma tentativa ??? de referência, para ganhar tempo e não se fazer nada nos próximos tempos. Eu acho que, neste momento... aliás, têm sido tão conclusivas, tem sido de tal forma a ação ??? praticamente a esta questão referente à história de Portugal na Praça do Império ??? zona monumental, ??? conseguirmos pôr aquilo num sítio único do mundo, não é só de Belém, não é só de Lisboa, não é só de Portugal, é de todo o mundo. E, de facto, ??? aproveitar esta oportunidade de pormos aquilo como estava, no estado em que estava inicialmente, porque é uma obra linda ??? muito gosto, muito prazer ??? é algo que me apaixonava ??? . Agora, ???

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Se ninguém mais quer tomar a palavra, eu passava... Diga, diga.

**Fernanda Santos (PS):** Peço desculpa, Fernanda Santos, do PS.

Gostaria só de deixar uma nota relativamente ao *site*, em que já tínhamos referenciado o facto de ainda não ter no *site* presente os membros da Assembleia – o que consideramos que é importante, que essa atualização se faça – assim como documentos importantes, para além do Regimento, como sejam as atas dos trabalhos que aqui decorrem.

Obrigada.

**Presidente da Mesa:** Fica registado, e os serviços administrativos tomarão isso em devida nota. Muito obrigado.

Vamos passar, então, ao Ponto n.º 3 da ordem de trabalhos, que é a Aprovação das atas. Eu presumo que todos tenham recebido as atas. Não sei se alguém tem algum reparo a fazer em relação a alguma.

Não havendo reparos a fazer, vou pôr, então, à votação estas atas. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovadas por unanimidade.

Vou passar ao Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos, que é a Apreciação e aprovação da 3.ª Revisão Orçamental. Não sei se da parte... É para distribuir?

Então, passemos ao Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos, Apreciação e aprovação da 3.ª Revisão Orçamental.

Alguém quer tomar a palavra sobre este tema? Passo a algum membro da Assembleia, se alguém quiser tomar a palavra. Não havendo... Peço desculpa. Tem, então, a palavra. Estamos na revisão orçamental, no ponto da 3.ª Revisão Orçamental, Ponto n.º 4 da ordem de trabalhos. Faça favor.

**Ana Coelho (PS):** Ana Coelho, da Bancada do PS.

Portanto, nós fizemos uma apreciação do documento que foi facultado, e temos algumas dúvidas que agradecemos que o Executivo pudesse esclarecer.

Relativamente à receita, verifica-se que há, portanto, uma previsão das receitas relativamente aos produtos que serão comercializados na Piscina Municipal. E depois, existe uma série de alterações, digamos assim, de dotações ao Orçamento, da parte da receita, que não me parecem ser previsões até ao final do ano, porque são valores muito precisos, digamos assim. E gostávamos de perceber se são, efetivamente, previsões, ou se são receitas que ocorreram até uma determinada data.

Além disso, ainda do ponto de vista das receitas, há cinco rubricas em que há uma variação bastante grande dos valores que tinham sido previstos, há aumentos significativos. Seria importante perceber qual a razão desses aumentos. E parece-nos ser importante conhecer esses motivos, porque, no fundo, o Orçamento acaba por refletir a atividade que existe na freguesia. E portanto, por essa questão, parece-nos importante conhecer os motivos dessas alterações.

Do ponto de vista da despesa, portanto, existem duas despesas que são relativas à atividade não prevista, nomeadamente indemnizações e pagamentos de dívidas decorrentes das vendas dos artigos a serem vendidos na Piscina Municipal. Depois, existe uma despesa de cinco mil euros (5.000€), que pertence a uma rubrica que também não estava prevista, e que está identificada como "Outra". E gostávamos de perceber a que é que se refere. Portanto, está incluída na parte da "Aquisição de Bens".

E existe, finalmente, uma última despesa, de trinta e oito mil, setecentos e setenta e seis euros, e dez cêntimos (38.776,10€), na rubrica "Conservação de áreas ajardinadas", que pressuponho, ou pressupomos que diz respeito, exatamente, à recuperação dos jardins da Praça do Império. Não? Portanto, pedia, então, que fosse esclarecido esse ponto.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado.

Alguém mais quer tomar a palavra da Bancada? Dra. Isabel, tem a palavra.



**Isabel Lopes da Silva (PCP):** Obrigada. Muito rapidamente, eu queria saber o que é uma despesa indemnizatória, primeiro que tudo, na primeira página, o que é uma despesa indemnizatória. Não sei o que é.

A outra questão é que nós entendemos que, mais uma vez, e repetindo o que já foi dito nas outras vezes, estamos a onerar demais, a onerar demasiado a Junta de Freguesia em detrimento da CML, e o Executivo da Junta deixa-se ir nisto: coisas que a Câmara devia de fazer, vocês estão a chamar a si, e é muito oneroso. É muito oneroso. Aliás, eu frisei isso talvez há duas reuniões atrás. É um risco.

Obrigada.

**Presidente da Mesa:** Obrigado, Dra. Isabel.

Mais alguém quer tomar a palavra sobre este assunto? Sr. Presidente, ou Sr. Tesoureiro.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Sobre esta matéria, vou já começar aqui pelo final: despesa indemnizatória, por exemplo, como vê depois aí no quadro, por cessação de funções. Por cessação de funções, ??? acautelar alguma situação dessas, porque nós ??? algumas mudanças. Neste momento, o mapa que entregámos ??? quase cento e quarenta pessoas aqui no universo ??? Junta de Freguesia. Pronto. E para acautelar essa situação... Como? Isso é para estar aberto, por uma questão técnica.

De qualquer forma, o que está determinado nestes casos... é evidente que quanto aos jardins, uma das nossas prioridades é o espaço público ??? esse tipo de verba. De qualquer forma, aqui neste caso, convidamos sempre, porque há coisas muito técnicas, eu prefiro que sejam respondidas pelo nosso Técnico Oficial de Contas. E portanto, eu vou pedir aqui ao Dr. Luís Costa, que conhece a cem por cento, nestas coisas um bocadinho mais técnicas, para dar esta informação sobre esta parte.

**Presidente da Mesa:** Dr. Luís Costa... Quer responder concretamente a alguma questão? Está bem.

**Luís Costa:** Boa noite.

Primeiro, esclarecer que eu não sou Técnico Oficial de Contas; sou licenciado em gestão de empresas ??? Técnico Oficial de Contas é outra pessoa.

Em relação às questões da receita, aquilo que está em causa é que são receitas já cobradas, e portanto, por isso mesmo, estão incluídas no Orçamento; aliás, penso que isso está explicado na introdução. E portanto, foram receitas que já foram cobradas.

De facto, em algumas situações, são receitas que ultrapassam muito a previsão. Temos o caso, por exemplo, do IMI, que como sabem, passou parte do dinheiro a vir para as freguesias, mas não havia qualquer informação de qual é que seria a verba. Nós temos estado a receber, e vamos, naturalmente, incluir. Aliás, lembro que quando falámos deste Orçamento, este era um Orçamento, ou foi um Orçamento muito pouco técnico, eu diria, foi um Orçamento em que faltavam muitos dados para poder ser elaborado, foi elaborado com muito cuidado no sentido de não empolar a receita, e portanto, por isso é que poderemos ter em várias situações receitas que irão verificar que irão ser ultrapassadas, da mesma forma como algumas eventualmente não irão atingir, como era habitual em Santa Maria de Belém, em que a receita estava sempre muito bem calculada. Este ano, não foi possível fazê-lo. E portanto, havendo a necessidade ??? muito francamente, apenas se incluem essas verbas porque houve a necessidade de fazer a revisão por causa da piscina, que obteve essas contas.

No fundo, o que aqui está em causa essencialmente foi: há necessidade de abrir as contas para as mercadorias, digamos assim, e naturalmente, fez-se o ajustamento ao Orçamento que, nesta altura, seria recomendável, atendendo à receita cobrada. Depois, ao se incluir, digamos, o remanescente, acabou por ir para aquela, como explicou o Sr. Presidente, que é a área fundamental das Juntas de Freguesia, que é a conservação dos espaços verdes.

Tinha perguntado, a rubrica que disse, eu teria que ver o número da conta, porque...

**Presidente da Mesa:** Uma despesa de cinco mil euros (5.000€), e outra de trinta e oito mil, setecentos e tal, referente a conservação de jardins.

**Luís Costa:** Essa de cinco mil euros (5.000€), são as “Outras mercadorias; isso tem a ver com, infelizmente, o nome oficial. E portanto, se não estou em erro... sim, sim, tem a ver, exatamente... desculpe lá, estou a ver mal, com pouca luz... portanto, tem a ver com as mercadorias, tem a ver com a despesa da compra de mercadorias.

**Presidente da Mesa:** Sra. Doutora, considera-se... Faça favor.

**Ana Coelho (PS):** É assim, eu acho que isto, realmente, são coisas objetivas, o que estamos a tratar. Há cinco rubricas em que houve um aumento significativo na receita; uma, disse-me que era do IMI. E as outras quatro? Eu posso-lhe dizer quais são as rubricas.

**Luís Costa:** Como disse, é receita já cobrada.

**Ana Coelho (PS):** Está bem, mas, diz respeito a que tipo de ????. No IMI, percebe-se, pronto, que houve um aumento, porque houve um aumento da receita.

**Luís Costa:** Estes aumentos significativos, repare, por um lado, têm a ver com as receitas com a CAF – Componente de Apoio à Família, que houve uma atividade

superior àquela que estava prevista e, naturalmente, uma receita superior àquela que estava prevista. E, se reparar, por um lado, há mais verba da delegação de competências, porque na altura em que fizemos o Orçamento, não havia ainda a delegação de competências relativamente ao Apoio à Família, e portanto, sabemos agora a verba já cobrada do Apoio à Família, foi colocada, e isso tem a ver tanto com a componente da Câmara Municipal de Lisboa, que é a que está em cima, conta 06, de transferências correntes, quer da conta 07, que tem a ver com aquilo que as pessoas fazem. Portanto, se houve mais atividade, houve maior receita.

Depois, em relação aos serviços e funções autónomos, são verbas que vão entrar em termos do Instituto de Emprego e Formação Profissional para pagamento de estagiários, que vêm na lista, e também receitas que vêm no âmbito do programa que existe de apoio aos estágios profissionais. E portanto, tinha-se posto uma verba inicial de dez mil euros (10.000€), já são duas estagiárias, já ultrapassou o valor, são treze mil euros (13.000€).

Depois, o outro, de facto, são verbas que já foram, como disse, recebidas; aliás, espaço e equipamentos, as coisas correram... Já agora, explicar também uma questão técnica: nós, a menos que tenhamos uma fundamentação clara, não podemos inscrever nas receitas mais do que metade da verba cobrada nos últimos vinte e quatro meses, à altura da elaboração do Orçamento. Portanto, este é o critério prudencial; portanto, todo o Orçamento foi feito com esse critério. E portanto, como disse logo de início, é natural que as previsões da receita nestas coisas estivessem um pouco por baixo do que aquilo que veio a ser a realidade. É o critério prudencial da elaboração do Orçamento.

Penso que já expliquei.

**Ana Coelho (PS):** Relativamente à questão da despesa, e relativamente à questão das mercadorias, portanto, diz que a rubrica de “Outros”, que diz respeito à Aquisição de Bens, diz respeito à aquisição de mercadorias para serem comercializadas na piscina, é isso? Portanto, faz uma aquisição de cinco mil euros (5.000€) de produtos, e prevê-se uma receita de mil euros (1.000€).

**Luís Costa:** Exatamente. Repare, é o tal critério prudencial.

**Presidente do Executivo:** Obrigado. Obrigado, Dr. Luís Costa. ??? da Assembleia. Portanto, eu só queria ??? estava a dizer que nós, Junta de Freguesia, andava a gastar dinheiro escusadamente, que não é da nossa competência, por conta de tarefas que eram da Câmara Municipal de Lisboa. Não disse isso? Há bocado, estava a dizer que estávamos a fazer despesas...

**Presidente da Mesa:** A palavra que usou é que a Junta se andava a onerar em demasia...

**Presidente do Executivo:** Por conta da Câmara...

**Presidente da Mesa:** Substituindo-se à Câmara...

**Presidente do Executivo:** Pronto. Mas o que eu estou a dizer é que houve a reorganização administrativa da cidade de Lisboa, que foi uma Lei que foi aprovada pela Assembleia da República, e com base nessa Lei, houve certo tipo de matérias... ??? vários normativos mudaram. Já reparei, já na última Assembleia reparei ??? não tinha reparado que tinha tido algumas alterações ???. Agora, estamos a falar da organização aqui na cidade de Lisboa. E, de facto, matérias que eram tratadas diretamente pela Câmara, passaram a ser tratadas pela Junta de Freguesia. E é uma verba bastante elevada.

Portanto, é evidente, eu não estou a dizer que é fácil; não está a ser nada fácil. Só as faturas ??? e sei lá mais o quê, é muito complicado. Mas, também lhe digo uma coisa: vai ser muito importante, até para se detetar mais situações que existiam, que estavam há anos, anos e anos de uma forma, e que, se calhar, se gastava muito dinheiro escusadamente. E agora, com base nisto, podemos detetar algumas situações que podem ser melhoradas, e estamos a fazer esse esforço conjunto. Agora, tem algum risco, como é evidente, temos que ser melhores gestores, estamos a ser postos à prova de maneira bastante grande. Mas também lhes posso dizer uma coisa: temos sentido, da parte da Câmara Municipal de Lisboa, um grande sentido de responsabilidade neste tipo de matérias. E nas negociações que temos tido, têm decorrido com muita lisura, e até agora, penso que está a correr de uma forma muito positiva.

Obrigado. Se não se importa, o Dr. João Carvalhosa.

**João Carvalhosa (Vogal):** Como Tesoureiro da Junta, só fazer referência a algumas questões.

Queria só esclarecer aqui uma coisa, porque houve uma frase ??? mas para esclarecer, que disse que havia uma compra de mercadorias de cinco mil euros (5.000€), ??? as rubricas estão abertas, obviamente que... pronto, o que foi entendido... obviamente, há aquisição de mercadoria, e estamos a prever vender mercadoria. Como é uma atividade nova, nós não estamos já a pensar que vamos vender a mercadoria toda amanhã. Portanto, estamos aqui a dar até uma margem de manobra, até porque estamos no final do ano, estamos aqui a dar uma margem de manobra para continuar a venda no próximo ano, e por isso, não serem os valores iguais num ano e no outro.

Naturalmente – e eu, enfim, como Tesoureiro, tenho responsabilidade aqui nesta questão das contas – mas, eu pedia alguma, enfim, boa vontade nestas apreciações, e alguma compreensão, porque, de facto, esta tem sido uma coisa muito nova, com verbas, como dizia o Dr. Luís Costa, há bocado, que não nos foram transmitidas inicialmente pela Câmara – e não foi por má vontade; era um processo em que havia muito desconhecimento também da Câmara. E portanto, é natural, e os senhores vão reparar nisso, neste Orçamento, no próximo, e nas duas prestações de contas, pelo menos, de 2014 e 2015 – porque isto não vai acabar em 2015 – portanto, é natural que nestes vários documentos, vão haver alterações, correções. E se Deus quiser, em 2016, 2017, já começaremos a ter orçamentos que já serão muito mais reais para as novas competências da Junta.

Porque inclusive há acertos de contas que é preciso fazer com a Câmara, que nós nem sabemos como é que vão ser feitos. E portanto, dou-lhe um exemplo: há um acerto de contas de duzentos e cinquenta mil euros (250.000€) que tem que ser feito com a Câmara, e que está inscrito no Orçamento; nós não temos a garantia por parte da Câmara de que aquele dinheiro venha todo em 2014, e portanto, logo aí vai haver alguma alteração, algum desajuste do que são as contas, mas porque estamos a viver, de facto, um momento muito delicado.

Há aqui questões como os CAF's também – e daí algumas alterações aqui – que têm também a ver com isto, ou melhor, tem também a ver com uma atividade nova da Junta, porque os CAF's, só iniciámos esta atividade em setembro de 2013. Portanto, estamos agora a acabar o primeiro ano; ou seja, vivemos também um ano – e depois os CAF' ??? não têm obrigação de saber isso, mas basta o que nós dizemos ao Ministério, ou o que está acordado com o Ministério, que são os valores dos números de alunos que a escola nos diz que vai ter, e depois a escola – aliás, isso aconteceu – em vez de ter seiscentos e vinte alunos, teve quinhentos e oitenta. Ou seja, isto faz, naturalmente, alterações significativas ao Orçamento. Mas, isto é como digo, obviamente que qualquer atividade de grandes dimensões tem. E portanto, daí a necessidade de irmos ajustando o Orçamento.

E este era o ponto onde eu queria chegar, que é alertar a Assembleia para os Orçamentos e para as contas atípicas, pelo menos destes dois anos.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Obrigado. Tem a palavra.

**Ana Coelho (PS):** Só uma questão, relativamente à questão dos cinco mil euros (5.000€), e dos mil euros (1.000€) de despesa / receita, eu não pretendia dizer isso, aliás, como penso que disse, portanto, que se previa gastar este ano, ou receber ainda este ano, mil euros (1.000€). E eu só pretendia um esclarecimento objetivo, porque na introdução do Orçamento, diz-se que este aumento de previsão da despesa relativamente aos espaços verdes, à conservação dos espaços verdes, é, portanto... o que diz é, exatamente, de modo a, desde já, prever eventuais despesas adicionais decorrentes da disponibilidade do Executivo em assumir os Jardins da Praça do Império. É exatamente isto que está escrito, que é pretensão do Executivo.

**Presidente do Executivo:** Não só, mas também. Sim, o que lá está escrito é isso. Apesar de irmos tentar usar esse mecenaz, para essa atividade. Mas, de qualquer forma, em último caso, conseguiremos arranjar, com o dinheiro que a Câmara tem, transferir-nos, e termos possibilidades de arranjar ??? essa verba ???.

**Ana Coelho (PS):** Só mais um outro esclarecimento: eu creio que a Praça do Império não é das zonas para as quais a Junta tem competências, relativamente ao auto de transferência de competências...

**Presidente do Executivo:** Positivo. Por isso mesmo, não sendo uma competência própria, teve de ser através de delegação de competências, que a Câmara delegaria na Junta para esse efeito. Nós disponibilizámo-nos, dado o estado em que se encontrava o Jardim da Praça Afonso de Albuquerque, em frente ao Palácio de Belém, e dado o estado em que se encontrava a Praça do Império – já nem estou a falar da ??? – mas, ainda ficámos com estes dois jardins que a Câmara tem, também ficámos ???. É uma questão de depois delegar competências, como já tem feito noutras Juntas de Freguesia também. Portanto, não são competências próprias, mas é através de uma delegação de competências.

**Ana Coelho (PS):** Mas já foi feita, ou não?

**Presidente do Executivo:** Não. Ainda está a ser negociada ??? a delegação de competências tem de ter as duas entidades de acordo. Nós estamos, mas a Câmara ainda não está. Agora, também vos dizer que a delegação de competências é só para os oito brasões ???. Mas, pronto, podemos fazer todos os jardins, se a Câmara assim o entender. Mostrámos essa disponibilidade.

**Ana Coelho (PS):** Só para concluir, eu só queria dizer que, realmente, eu apreciei o documento, e tive, realmente, muitas dúvidas em perceber o porquê desta alteração, e todas as explicações que me deram são, efetivamente, necessárias para se perceber, portanto, o porquê destas alterações ao Orçamento. Portanto, aquilo que eu pedia era que, numa próxima alteração ao Orçamento, fizessem as explicações objetivas do porquê das alterações.

**Presidente do Executivo:** Está bem, mas repare: neste caso concreto, nesta terceira modificação, ??? relativamente pequena, ??? nesta modificação orçamental, eu acho que está aí na primeira página, na introdução; fala-se que na parte... venda de produtos na Piscina do Restelo, isso implicou, a nível orçamental, ??? rubricas para o efeito ???. E depois, em termos de despesa, ??? rubricas ??? situação descrita ??? era aquela história da despesa indemnizatória, porque há vários ??? contratos de trabalho, contratos de prestação de serviços, contrato de trabalho, ou vice-versa. Portanto, estamos a prever isso. É uma situação difícil, neste momento, porque estamos em várias frentes, e temos que ser realistas. E depois, na questão da receita adicional, receita adicional para a conservação de espaços verdes, e aí, sim senhor, pusemos essa questão específica dos brasões da Praça do Império.

**Helena Ramalho (PSD):** Helena Ramalho, PSD.

Eu não sei, talvez... estou a tentar interpretar um pouco as dúvidas da deputada do PS. Será que a descrição de rubrica não está suficientemente clara, ou seja, está, por exemplo, "Outras", quando podia ser "Aquisição de bens – Outros"? É essa a dúvida? Ou é...

**Ana Coelho (PS):** Eu acho que, obviamente, não. Portanto, se nós lermos a introdução, obviamente que ela não é clara, porque não é objetiva.

**Helena Ramalho (PSD):** Sim, mas como disse o Sr. Presidente, há de haver um protocolo em relação à questão dos jardins, por exemplo...

**Ana Coelho (PS):** Mas, eu não me refiro a isso em concreto; eu refiro-me à clareza de por que é que houve alterações em determinadas rubricas, quer da parte da receita, quer da parte da despesa, e convém perceber por que é que elas ocorreram, e por que é que...

**Helena Ramalho (PSD):** Mas, um Orçamento é um documento que não é estático.

**Ana Coelho (PS):** Obviamente, mas isto é uma alteração, e as pessoas que estão a apreciar devem saber por que é que foi feita esta alteração. E não é claro por que é que foi feita esta alteração. Ok? Para mim, agora está muito mais claro, depois de ter ouvido as explicações do técnico da Junta e do Sr. Presidente.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado. Estamos esclarecidos.

**Presidente do Executivo:** Nós, vamos lá ver: nestes casos concretos, ??? quando vem aqui à Assembleia de Belém, à Assembleia de Freguesia, para uma apreciação, para poder ser votado pelos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, faço questão, sempre fiz questão, nomeadamente a partir do momento em que começámos a ter o POCAL – antes, ??? essa justificação – de ter o nosso consultor presente para, nas questões mais técnicas, complementar a justificação, a informação que está aqui, que consta nesta revisão. E de maneira que o objetivo foi esse. Está aqui o Dr. Luís Costa, damos informação... ??? o Orçamento ??? o que se passa, e depois, em termos mais minuciosos, técnicos, quando os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia ??? quando os Srs. Membros da Assembleia de Freguesia querem, ou dizem que têm informação insuficiente, para esclarecer. ??? à Assembleia de Freguesia, e o objetivo é sempre esse: é complementar o que está aqui escrito. Mas, obviamente, tomamos em devida nota, e portanto, vamos tentar sempre ir melhorando este sistema, cada vez mais, e de uma forma mais minuciosa, dar a informação mais precisa possível.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado, também. Estamos todos esclarecidos.

Portanto, passo à votação. Portanto, estamos a falar da 3.<sup>a</sup> Revisão Orçamental. Quem vota contra? Quem vota a favor? Portanto, ninguém vota contra, aprovado por maioria. Muito obrigado.

Vamos passar, então, ao ponto seguinte da ordem de trabalhos... Declaração de voto? Se faz favor.

**Ana Coelho (PS):** O principal motivo que leva a Bancada do PS a votar contra este Orçamento tem a ver com, portanto, a previsão de despesa na conservação de espaços verdes, apontando-se que essa despesa é completamente para

aplicar em locais para os quais ainda não há atualmente legitimidade para a Junta fazer esses trabalhos.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado.

Vamos, então, passar ao ponto seguinte, que é a Apreciação e aprovação da alteração à Tabela de Taxas.

Alguém quer tomar a palavra? Se faz favor.

**Fernanda Santos (PS):** Fernanda Santos, do PS.

Relativamente à Tabela de Taxas dos clubes da Escola Paula Vicente, talvez tivesse sido mais interessante começarmos pela alteração do Regimento, na medida em que talvez nos permitisse perceber melhor as taxas que aqui estão envolvidas, ou a atividade que aqui está inerente. De todo o modo, uma vez que a discussão é posterior, o que gostaríamos de saber é relativamente a esta tabela de taxas, se há alguma alteração, uma vez que é uma atividade de continuidade, que já foi desenvolvida noutros anos.

Também é verdade que aqui é referido nesta tabela que a mensalidade são dez euros (10€), e depois, a tabela é para famílias carenciadas. E portanto, fica-nos aqui a dúvida se esta é a tabela para as famílias carenciadas, se só há tabela para as famílias carenciadas, se os clubes são só para as famílias carenciadas. E por isso a questão de se o Regimento se tivesse falado antes, em relação a estas tabelas, talvez agora estejamos a antecipar algumas questões.

**Presidente da Mesa:** Obrigado, Doutora.

Mais alguém quer tomar a palavra sobre este assunto? Não querendo, dava, então, a palavra ao Sr. Presidente, ou ao Sr. Tesoureiro.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado.

Nesta situação específica, tem toda a razão quando diz que, se calhar, deveríamos ter posto ??? primeiro o Regimento, e depois as taxas. Se calhar, foi um pouco com a pressa, por causa dos prazos, mas pronto, isto depois vê-se numa ótica de conjunto.

Agora, o que queremos dizer é o seguinte: de facto, esta situação era completamente gratuita. E posso-vos dizer ??? na altura ??? atividade muito importante que começámos a desenvolver, mas já tínhamos ??? exercícios ??? porque são quatro horas, quatro horas diárias, em que tomamos conta das crianças das escolas ??? é um grande serviço para os pais, mas também um grande esforço que mais uma vez a Junta de Freguesia tem. E de maneira que já tínhamos dito que para minimizar esses custos, iríamos, em futuros exercícios, Orçamentos, ??? e para não onerar mais as famílias, resolvemos pôr um máximo de dez euros (10€), e depois pormos com base nos escalões que nós costumamos usar ??? iniciativas, estes que andam lá ??? Segurança Social ??? e



os restantes. E, de facto, isto permite as pessoas também darem mais valor, mais valor, realmente, ao esforço que estamos a fazer, e também dá jeito, porque são receitas que entram para nós podermos desenvolver outro tipo de atividades. Pronto. E realmente, todos temos que colaborar um pouco sobre isso.

Não tinha muita justificação, do meu ponto de vista, ser completamente gratuito. Neste caso concreto, é um esforço, mas não é muito significativo, para a utilidade que isto tem para as famílias, que é muito importante, acho que está perfeitamente equilibrado. Foi o nosso entendimento. E por isso mesmo é que pedimos aos Srs. Membros da Assembleia de Freguesia que reconheçam isso, e portanto, que deem o vosso apoio, naturalmente, a esta Tabela de Taxas, porque, realmente, nem sei se há mais alguma Junta de Freguesia em Lisboa a fazer um trabalho destes; eu acho que não, é único.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** A Assembleia agradece. Obrigado, Sr. Presidente.

Ninguém mais quer tomar a palavra? Eu ia pôr à votação este ponto. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovado por maioria, portanto.

Ponto n.º 6 da ordem de trabalhos, Apreciação e aprovação da alteração à Tabela de Preços.

Alguém quer tomar a palavra? Tem a palavra, Doutora.

**Fernanda Santos (PS):** Fernanda Santos, PS.

Novamente para saber se se verifica alguma alteração em relação a este preçário, uma vez que não tínhamos conhecimento prévio do mesmo.

**Presidente da Mesa:** Sr. Presidente, quer explicar?

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado.

Nós, com esta proposta, estamos a pôr... já tínhamos, de facto, alguns produtos lá na Junta de Freguesia, ??? aproveitámos para, de facto, deixar aqui aprovados, esses livros que nós lá temos, que são livros de muita qualidade, duas publicações com conteúdo muito bonito, e realmente, são livros que são da Junta de Freguesia, utilizamos muitas vezes para oferecer a uma certa entidade, quando entendemos distinguir alguém, mas também temos à venda, quer na Junta de Freguesia, quer no Quiosque de Belém, que pensamos muito em breve pôr a funcionar. E de maneira que aproveitávamos, agora com estes produtos de venda na Piscina do Restelo, que têm todos ??? porque resolvemos pôr esses produtos lá à venda na piscina, porque há muita gente que vai para a piscina, e esqueceu-se, não levou equipamento, ou não sabia que era preciso ter touca, ou óculos, e tem possibilidade de adquirir lá e utilizar na piscina. Pessoas que vão lá com uma certa frequência dizem que isso é ???, e de maneira que resolvemos, então, fundamentalmente com base nesses produtos que nós temos, e que

podem ser vendidos, pormos aqui ao órgão deliberativo essa ???, o órgão competente para tal, e, de facto, ficar isto já definitivamente preparado para poder ser depois vendido pela Junta de Freguesia nos seus postos habituais.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos passar, então, à votação. Quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota contra? Aprovado por unanimidade.

**Isabel Lopes da Silva (PCP):** Sr. Presidente, desculpe, eu queria fazer só uma observação sobre os clubes... Não? Mas isto já tínhamos votado.

**Presidente da Mesa:** Não, é parecido, Sra. Doutora, é parecido.

Vamos, então, passar para o Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos, Apreciação e aprovação do Regimento para 2014/2015, dos clubes da Escola Básica 2/3 Paula Vicente.

Sra. Doutora, quer tomar a palavra? Faça favor, tem a palavra.

**Miguel Romão (PS):** Miguel Romão, Partido Socialista. Cumprimento o Sr. Presidente da Mesa, os Exmos. Membros das Bancadas, e o público.

Em relação a este ponto, apenas algumas questões. Da leitura desta proposta de Regimento – que eu presumo que talvez o termo “regulamento” seja mais adequado do que “Regimento”, do próprio ponto de vista ??? – mas nesta proposta de regulamento, fica-se com a dúvida se apenas os alunos desta escola em concreto poderão beneficiar deste prolongamento de atividade. É disso que se trata?

**Presidente da Mesa:** É essa a questão que coloca, não é?

**Miguel Romão (PS):** É uma das questões que coloco.

**Presidente da Mesa:** Sr. Presidente, pode responder.

**Presidente do Executivo:** É assim, ???

**Presidente da Mesa:** Mas, quer um esclarecimento?

**Miguel Romão (PS):** Então, se calhar, faço a intervenção na íntegra.

E portanto, se desse ponto de vista, não há outras escolas em circunstâncias idênticas que poderiam beneficiar deste serviço que, no fundo, é um serviço que a Junta de Freguesia, pelo menos financia, e faz a gestão, pelo menos, se calhar, em parte, partilhada com a própria escola, mas é apenas o espaço, pelo menos fisicamente partilhada com a escola. Mas, em todo o caso, é um serviço, estamos

a falar de um serviço que a Junta de Freguesia fornece aos alunos que frequentam uma escola da freguesia. Noutras escolas, os alunos de outras escolas da freguesia, ou até alunos, digamos assim, crianças que estejam em idade escolar e que vivam na freguesia não poderiam também beneficiar deste tipo de atividades, ainda para mais numa circunstância em que começam a ser pagas – e não necessariamente com preços absolutamente sociais – essa é uma das nossas dúvidas, até porque se trata de um serviço que a Junta de Freguesia vai começar a prestar, e a cobrar taxas pela sua prestação, e talvez se justificasse o seu alargamento, ou pelo menos a possibilidade de crianças da freguesia, não necessariamente vinculadas a esta escola, o poderem utilizar.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado, também.

Dra. Isabel, tem a palavra também.

**Isabel Lopes da Silva (PCP):** Sobre os clubes, eu queria só assinalar o ponto 8 e o ponto 10: “Os alunos só devem dirigir-se à casa de banho e ao cacifo durante os intervalos.” – ponto n.º 8. N.º 10: “Não é permitido circular com a cabeça coberta dentro do edifício, salvo exceções devidamente autorizadas.”

Isto faz-me lembrar – desculpem – há sessenta e tal anos, quando eu andava na escola – e era num liceu francês, ainda por cima – e que nós não podíamos ir à casa de banho. E então, a minha mãe, como era estrangeira – e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia conheceu-a muito bem, ela tinha muito afeto por ele, muito, muito afeto por ele – ela dizia assim: “Se a professora não deixar, fazes na sala.” E as minhas amigas começaram a fazer isso também. Desculpem, veio-me isto à memória.

Quanto à cabeça tapada, veio-me à memória, pensei: “Será por força dos árabes que andam por aí? Serão gorros? Serão bonés?” Eu não gosto de ver rapazes com bonés dentro de casa, nem deixo, nem gorros. Eu não sei o que é isto. Eu acho que deviam tirar isto. Desculpem. É uma sugestão minha, a sério. Eu também fui professora do ensino secundário, e portanto, dirigi uma escola enorme, Ferreira Borges. Isto parece-me... mas deve haver uma explicação, claro.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado.

Mais alguém quer tomar a palavra? Não querendo, dou a palavra ao Sr. Presidente, para dar esclarecimentos.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Bem, de facto, é “Regimento”, e não podia ser “Regulamento”. Foi “Regimento”, e posso-lhe dizer por quê: porque a escola pediu para que fosse “Regimento”. Isto é feito em conjunto com a escola, e nós não tínhamos nenhuma objeção.

Agora, de facto, este projeto de clubes é só feito na Escola Paula Vicente, porque é a única escola pública na nossa freguesia que tem quinto e sexto ano, e de maneira que é por isso... pronto, mas o nosso objetivo aqui é beneficiar e servir a população da nossa freguesia; os vizinhos do lado, façam noutro lado.

Quanto à questão que falou, da cabeça coberta, isso é uma questão... eu também discordo daquilo, com base nos regulamentos escolares que existem, até por questões de segurança, por questões de segurança. E, de facto, não vemos nenhuma objeção. Hoje em dia, ainda por cima, ??? por várias questões, de segurança, e não estou em falar só em termos de política; estou a falar até em termos, enfim, ???. Mas, acho que tem alguma razoabilidade.

Mas, vou passar a palavra à Dra. Helena Lencastre, que poderá completar sobre esta matéria.

**Presidente da Mesa:** Tem a palavra.

**Helena Lencastre (Vogal):** Boa noite a todos.

Portanto, em relação ao quinto e sexto, é a única escola que temos, e por isso, quinto e sexto ??? noutras escolas públicas. Pronto. Portanto, cá fora das escolas ??? dos colégios, que andem noutras escolas públicas de outra freguesia. São opções.

Em relação ao Regimento / Regulamento, onde estão aqui as normas, estas foram feitas de acordo com o regulamento que a própria escola tem para os alunos naquela escola específica. Já no ano passado tentámos aqui fazer um acordo, e estamos aqui a propor, para depois ser também apresentado no Conselho Pedagógico, e depois no Conselho Geral da Escola, do Agrupamento. E portanto, esta questão das casas de banho e cacifos, é uma questão de ordem nos corredores, porque enquanto decorrem os clubes, que é à tarde, há aulas ainda. E portanto, para já, ??? uma atividade mais lúdica e pedagógica, é uma questão de organização.

Aqui em relação à cabeça coberta dentro do edifício, aos modos e maneiras como eles se comportam nos corredores e nas salas, aqueles carapuços, aquelas coisas, não é uma questão de ordem religiosa, nem nada; isto é para respeitar quem devem respeitar, é uma questão de educação: é o boné... tirar o boné, tirar o carapuço, que andam sistematicamente ??? e faz parte das regras da escola. E nós achamos que se durante o tempo letivo em que estão com o professor ??? do 1.º ciclo, mas como cada cadeira tem estas regras, têm que as seguir para os clubes. Portanto, estão no espaço da escola, e portanto, é uma continuidade, e é isso que nós queremos dar. Portanto, as regras ??? depois haver algum problema disciplinar, nós temos que ter todos o mesmo *modus operandis*.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado, Dra. Helena, também.

**Miguel Romão (PS):** Miguel Romão, do PS.

Ouvi a explicação, que agradeço, por parte do Executivo, em relação a este tema, mas creio que, eventualmente, se ainda por cima a Junta de Freguesia tem disponibilidade financeira, e tudo o mais, para assumir responsabilidades de tratamento de espaços verdes que não são, ou não são ainda, da sua competência, talvez pudesse ser esse financiamento, ou essa verba canalizada para, precisamente, a ocupação de tempo livre pós-aulas dos estudantes da freguesia, ainda por cima numa circunstância em que, tanto quanto percebo, a Junta prestava um serviço, até ao ano passado, sem qualquer contrapartida financeira dos seus utilizadores, e neste momento, vai passar a cobrar taxas. E portanto, prevê-se, necessariamente – a não ser que ninguém se inscreva – um aumento de receita. E portanto, creio que provavelmente também outros alunos de outros anos, uma vez que é um serviço que, a meu ver, bem, a Junta de Freguesia já presta, outros alunos de outros anos e de outras escolas, de mais escolas públicas da nossa freguesia, também, seguramente, eles e as suas famílias poderiam beneficiar desse tipo de serviço, do ponto de vista de algum acompanhamento no período pós-letivo, e atividades no período pós-letivo, caso existam. Parecer-nos-ia, provavelmente, uma afetação de verba mais útil do que em relação aos arranjos florais, e outros.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Sr. Presidente, tem a palavra.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado.

Eu não devo ter sido explícito ??? quando há uma delegação de competências de uma entidade para outra, não são só as competências que vêm; vem a respetiva parte financeira. O que eu estou a dizer é que com a mesma parte financeira que a Câmara tem para fazer a manutenção atual da Praça do Império, nós fazemos a manutenção da Praça do Império, e ainda reabilitamos aqueles espaços. Ainda vamos reabilitar os espaços. Portanto, vem aquele pacote, não são só competências ??? vêm as competências e vem a parte financeira. ??? é da Câmara ??? delegação de competências, e a Câmara tem que estar de acordo. Se não está, não podemos fazer isso. E depois, é outra história. E portanto, nós prontificámo-nos, porque vimos que a Câmara estava em dificuldade, com o dinheiro que tem, fazer a manutenção ??? é muito simples, com a experiência que existe... posso dar vários casos concretos: nós fazemos por um terço do preço que a Câmara faz ??? a manutenção ??? manutenção de espaços ??? e por aí fora. Isso aí ????. Como?

**Miguel Romão (PS):** Como o Sr. Presidente ouviu, não era esse o essencial da intervenção; o elemento essencial da intervenção era em relação ao funcionamento e à ocupação pós-escolar dos alunos da freguesia.

**Presidente do Executivo:** Mas, como lhe digo, há duas questões: primeiro, achamos que ??? uma compensação das pessoas, porque tudo o que é completamente grátis, é mau. E dou-lhe um exemplo concreto: em Cabo Verde, na Embaixada ??? a língua portuguesa era completamente gratuita. Quem

beneficiava daquilo eram os estrangeiros todos, e nós íamos às embaixadas ??? e pagávamos. ??? tudo completamente gratuito. ??? E, realmente, se as pessoas pagarem alguma coisinha, não pagam tanto e vão lá; se é completamente à borla, ??? um maço de tabaco ???. Tem que haver um justo equilíbrio, tem que haver um justo equilíbrio.

Agora, como eu estava a dizer, como eu estava a dizer, as verbas... portanto, é bom, porque nós, com esse dinheiro, podemos depois investir noutros setores, com essas verbas, que são poucas, não dá para pagar a atividade, nós vamos pagar grande parte dela, mas dá para minimizar os custos, e com isso ficamos para outras ações, ações também de carácter social.

**Miguel Romão (PS):** Se for possível, não sei se é possível responder à pergunta...

**João Carvalhosa (Vogal):** João Carvalhosa, Tesoureiro da Junta.

Pedindo desculpa à minha colega, Dra. Helena Lencastre, que tem este pelouro, mas até porque estivemos os dois na origem deste programa, há um ano atrás, obviamente que na ação política, como na empresarial, são feitas opções, escolhas. Nós podemos sempre concordar que se pode pôr mais dinheiro na ação social, que se pode pôr mais dinheiro a arranjar casas. Mas, nós temos que fazer uma ação equilibrada em todas as áreas, consoante aquilo que são as nossas prioridades. E daí, esta era uma prioridade nossa, que foi – aliás, como já foi dito – foi um projeto original em Lisboa, e onde a Junta de Freguesia – na altura, as duas Juntas de Freguesia anteriores, decidiram investir grande parte dos seus recursos neste projeto. Grande parte, a custo zero para toda a gente.

Eu percebo a sua questão, por que é que são estas pessoas, e não mais. Pronto, e a resposta é simples, e pode ter outra opinião diferente, como é óbvio. A resposta muito simples é: ponto um, é a única escola da freguesia que tem quinto, sexto e sétimo ano... aliás, quinto e sexto ano; ponto dois, este programa foi pensado devido à grande violência que havia para os miúdos, quando passavam do 1.º para o 2.º ciclo, porque passavam do 1.º ciclo, onde estavam numa escola protegida, com um único professor, e com atividades até às cinco e meia da tarde, passavam para uma escola que, em alguns casos, é cinco, seis, sete vezes maior do que a escola de onde eles vinham, para dez professores, e com aulas até à uma da tarde. E portanto, miúdos que acabavam as aulas à uma da tarde, e ficavam o resto da tarde sem ocupação absolutamente nenhuma. E eu conheço muitos casos desses, conheço casos de miúdos, conhecemos todos casos de miúdos que acabavam as aulas à uma da tarde, e ficavam na rua o resto da tarde, até os pais chegarem, às oito da noite, a casa (ou às seis, sete, oito), conhecemos miúdos que iam para casa sozinhos, miúdos de dez anos, que iam para casa sozinhos, fechados em casa, porque os pais tinham medo que eles andassem por aí, ou tinham medo que lhes fizessem mal. Os miúdos saíam da escola, com dez anos, fechavam-se em casa até às sete da noite, sozinhos. E portanto, imaginem a panóplia de situações destas, dramáticas, que existiam.

E daí, nós termos privilegiado o quinto e sexto ano, porque a partir do sétimo, eles já começam a ter uma outra autonomia, também já vão para a Secundária do Restelo, a autonomia é completamente diferente. Portanto, daí este grupo.

Por quê não mais pessoas para além desta escola? Bem, aqui eu diria que foi uma opção também política. Nós somos defensores das nossas escolas públicas, e portanto, achamos que quem é aqui freguês tem a sua escola à disposição, e eu admito que, se calhar, mais de metade das pessoas que andam na Paula Vicente não são fregueses de Belém. Não são fregueses de Belém, também porque os fregueses de Belém não quiseram ir para lá; quiseram inscrever-se em Miraflores, na Francisco de Arruda, e noutros sítios. Mas, foi uma opção dos pais e das famílias. Nós não temos obrigação de acorrer a toda a gente, toda a gente que decide se inscrever fora das escolas da freguesia. Portanto, o nosso foco são as escolas da nossa freguesia, e é aí que nós temos que nos focar. Poderá dizer: “Mas poderiam fazer, os miúdos saíam de outra escola, e vinham para aqui.” Repare, aí temos dois problemas: primeiro, temos um problema de segurança das escolas, e a escola não aceita isso, ou seja, a escola não aceita, e nós também não achamos correto, mas a escola nunca aceitaria ver entrar cinquenta miúdos pelo portão dentro à uma e meia da tarde. Nunca aceitaria. Isso, para eles, é uma forma... Repare: os miúdos entram e saem com um cartão, que regista a entrada, para segurança deles. Portanto, são violações de segurança que a escola não aceitaria, e nós também não achamos correto. E voltamos a dizer: nós priorizamos as escolas públicas da freguesia, e estimulamos, com os nossos miúdos, que frequentem as escolas públicas da freguesia. Quem anda em colégios privados, também é uma opção deles, porque as escolas públicas da freguesia têm lugar para eles. E portanto, se também é uma opção dos pais andarem em escolas privadas – com certeza, como todos sabemos ??? não é barato – e têm muitas atividades ??? completamente diferente. Portanto, também não faz sentido estar a acolher estes miúdos na escola pública, além dos outros.

Portanto, há aqui, de facto, opções; e as justificações para as decisões foram estas. Portanto, as nossas opções foram claramente estas.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado, também.

Vou pôr à votação. Quem vota contra? Estou a pôr à votação o ponto do Regimento, Ponto n.º 7 da ordem de trabalhos. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, aprovado por maioria.

Vamos, então, ao Ponto n.º 8 da ordem de trabalhos, que é a Apreciação da Heráldica da Freguesia.

Eu dava a palavra ao membro do Executivo, João Carvalhosa. O Sr. Presidente também quer tomar a palavra? Tem a palavra.

**Presidente do Executivo:** Bem, eu vou... Isto é, portanto, apenas uma proposta do símbolo heráldico da nova Junta de Freguesia de Belém. Está aqui, realmente,

uma proposta ajudada por várias pessoas, algumas delas até aqui presentes. E, de facto, eu iria dar aqui ao Dr. João Carvalhosa a possibilidade de explicar um pouco mais. Isto agora, posso explicar só o seguinte: tentou-se fazer uma simbiose e uma conjugação dos brasões, dos símbolos, quer da anterior Freguesia de Santa Maria de Belém, quer da anterior Freguesia de S. Francisco Xavier, tornando-o o novo símbolo desta Freguesia de Belém. ??? nem em cima, nem em baixo, uma coisa bastante equilibrada.

Mas, eu daria a palavra – se me permite, Sr. Presidente – aqui ao membro do Executivo que tem estado a tratar desta matéria, o Dr. João Carvalhosa.

**Presidente da Mesa:** Tem a palavra, Dr. João Carvalhosa.

**João Carvalhosa (Vogal):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bem, eu gostaria, em primeiro lugar, de começar por agradecer a duas pessoas – uma delas está aqui presente – que generosa e voluntariamente ofereceram os seus conhecimentos, os seus préstimos e o seu trabalho à Freguesia de Belém, a todos nós, e ofereceram de forma, como disse, graciosa. E portanto, queria começar por reconhecer, porque é muito interessante, para quem está deste lado, vermos, não só aqui, mas noutras áreas, que há muita gente que se oferece para colaborar, de uma forma voluntária, sem ser por interesse financeiro ou outro.

Portanto, nós solicitámos apoio para começar a trabalhar neste projeto ao Prof. Dr. Miguel Metelo Seixas, que é Presidente do Instituto de Heráldica da Universidade Lusíada, e já colaborou connosco na anterior Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, na realização de dois livros (um deles exatamente sobre heráldica), e é uma pessoa que, enfim, é por demais conhecida no meio, e os seus créditos são reconhecidos. E pedimos-lhe ajuda para, pegando na heráldica que já existia das duas freguesias, pegando no profundo conhecimento que ele tem – porque fez dois livros sobre Belém, um sobre peregrinações heráldicas na Freguesia de Santa Maria de Belém, outro sobre a história de Belém – e pegando no que conhecia sobre a Freguesia de S. Francisco Xavier, pedimos-lhe ideias e sugestões para começarmos a construir um brasão. E o Sr. Professor fez o favor de aqui estar, discutir um bocado connosco sobre o que é que deveria ser e não deveria ser, explicar também a lógica das propostas que ele fez. E de seguida, o Dr. Luís Lopes, que está aqui presente, fez também... teve a generosidade de passar estas ideias a uma imagem, coisa que não é fácil, e eu certamente não desejaria para mim, porque não é fácil passar-se... a heráldica tem questões muito específicas, e regras muito específicas, que é preciso seguir.

Portanto, a proposta do Sr. Dr. Miguel Metelo Seixas foi, no fundo, nós aproveitarmos os dois brasões, que tinham cargas simbólicas muito fortes, e muito ligadas às pessoas de cada uma das duas freguesias, e portanto, entendeu-se, ou a proposta dele, que nós seguimos, que deveriam constar estes elementos na nova freguesia, porque eram elementos suficientes para este novo símbolo.



Houve – e quem se lembra do brasão de Santa Maria de Belém – houve uma alteração muito grande na questão da representação dos símbolos, por uma questão, enfim, de regras heráldicas, e que tem a ver com a impossibilidade de os brasões heráldicos serem figurativos. Ou seja, por exemplo, nós, no brasão de Santa Maria de Belém, tínhamos o Vasco da Gama; era quase uma pintura da cara do Vasco da Gama. Isso, hoje em dia, não é possível. Isto foi possível quando foi feito o brasão, que ainda era do Concelho de Belém. Tal como não é possível ter a Torre de Belém exatamente representada, porque a Torre não é um símbolo heráldico. Há aqui estes vários cuidados que se teve que ter.

E daí, termos chegado a este símbolo que, na nossa opinião, ??? uma outra explicação, que com certeza alguns perguntarão por que é que as torres, as quatro torres, as ameias, por que é que são quatro, e não três, na freguesia. Há uma explicação, por que é que são quatro, e não três. Houve uma alteração, isto explicado pelo Prof. Metelo Seixas, houve uma alteração recente nas regras, que permite que as freguesias urbanas tenham quatro torres, e não três; as três passam a ser para as rurais, e as freguesias urbanas podem optar por uma ou por outra. Portanto, a nossa opção, por uma questão estética, foram as quatro. Aliás, tivemos o cuidado de consultar outras, pesquisar outras freguesias, e confirmámos que isto já era prática.

Mas, se o Sr. Presidente da Assembleia e o Sr. Presidente da Junta me permitissem, eu, se calhar, convidava o Prof. Luís Lopes, que teve a gentileza, como eu disse, de passar para uma imagem aquilo que foi a ideia, de poder falar um bocado sobre a imagem, e explicar-nos o porquê. Eu depois falo sobre a proposta em concreto.

**Luís Lopes:** Então, boa noite a todos. O meu nome é Luís Lopes, e sou o *designer* gráfico, e fiz o curso de Heráldica no Instituto Português de Heráldica, já há uns anos, do qual também fui membro.

Eu ofereci-me para ajudar a freguesia a fazer o brasão, e o ponto de partida foi justamente o brasão da Freguesia de S. Francisco Xavier e o brasão da Freguesia de Santa Maria de Belém. E então, a minha ideia era alterar o menos possível, e juntar elementos das duas antigas freguesias neste novo brasão. E o resultado é este. Houve outras propostas que eu fiz, mas estes dois reuniam de uma maneira mais consensual os elementos de ambas as antigas freguesias.

Se bem se lembram, a antiga Freguesia de S. Francisco Xavier tinha o caranguejo e as armações de moinho. O caranguejo remetia ao milagre de S. Francisco Xavier, e as armações de moinho remetiam para a toponímia. E portanto, nestes dois brasões, nestas duas propostas, estão aqui representados estes símbolos, que remetem para a Freguesia de S. Francisco Xavier. Em baixo, temos esta faixa ondulada, que representa o Rio Tejo, onde está localizada a Torre de Belém, e temos aqui a Torre de Belém. A Torre de Belém, porque a heráldica é uma ciência que utiliza símbolos e não ilustrações, não pode ser a Torre de Belém que havia no antigo brasão; ou seja, não é uma figura, não pode ser uma imagem fiel nem fotográfica, tem que ser simbólica. E muitas vezes acontece que é diferente. Então, aqui o trabalho heráldico é tentar criar o mais

possível um elemento, mas sem fugir às regras heráldicas. A solução criada foi criar uma muralha em baixo, que é o baluarte – que é exatamente o que a Torre de Belém é, um baluarte – e uma torre quadrada, torreada. Se repararem, tem uma torre mais pequenina, chama-se a isto uma torre torreada, e é uma torre quadrada, porque a Torre de Belém, uma das suas características é ser justamente uma torre quadrada. Se repararem, a diferença para esta torre, em relação às torres em cima – normalmente, em heráldica, o mais vulgar são as torres redondas; e esta, portanto, é uma torre original, com um baluarte. Portanto, tenta representar o mais fielmente possível, mas sem perverter a lei da heráldica, a Torre de Belém.

Se alguém tiver alguma dúvida...

**Presidente da Mesa:** Eu vou fazer uma pergunta, se me permite: por que é que em cima, em vez destas torres, não ficaria o Mosteiro dos Jerónimos. Eu sei que ???

**Luís Lopes:** Não tem importância nenhuma, é uma pergunta pertinente.

Esta é daquelas regras pré-estabelecidas, em que não se pode mexer nem alterar em nada. A única coisa que se pode alterar é o número de torres da coroa mural. Em relação, por exemplo... o facto de ter aqui isto em cima, que se chama a coroa mural, ter estas torres, que podem ser três, quatro ou cinco, é a heráldica municipal ou de domínio, para distinguir da heráldica familiar, heráldica de família, no caso, claro, da antiga nobreza, tinham coroas a encimar os escudos. Neste caso, a coroa é mural para simbolizar a heráldica de domínio municipal.

**Presidente da Mesa:** Faça favor.

**Manuel Machado (2.º Secretário, PSD):** Manuel Machado, Secretário, PSD.

Por que é que as janelas da Torre de Belém são encarnadas? É que parecem dois olhos.

**Luís Lopes:** São encarnadas, um bocadinho para fugir... para dar um bocadinho mais de pragmatismo ao escudo, e para ser um bocadinho mais original. Não tem nenhuma...

**Manuel Machado (2.º Secretário, PSD):** Pronto, é uma questão de gosto pessoal...

**Luís Lopes:** Sim, sim, foi também por gosto pessoal que eu introduzi isto, porque normalmente as torres, normalmente as janelas, e as portas, e as linhas das muralhas, são a preto ou azul. Não quer dizer que não se possa colocar outras cores, como o encarnado, ou o verde – embora o verde, aqui não sei se ficaria muito bem. Resolvi pôr encarnado para dar um bocadinho de originalidade e diferença em relação a outros escudos.

**Presidente da Mesa:** Mais alguma questão, certamente mais inteligente do que a minha?

**Maria de Carvalho (PSD):** Maria de Carvalho, PSD.

Já fez uma explicação ??? e gosto imenso. Fez, portanto, dois desenhos. E eu gostaria de saber... e o vermelho, também a cor tem a ver com o simbolismo do sangue, pronto.

Eu tenho aqui uma dúvida: fez dois, não é? Tenho uma dúvida no primeiro e no segundo: tem um caranguejo na segunda, no meio, com a cruz, e fez um mais simples, só com um moinho, um caranguejo, e a cruz à esquerda. Eu gostaria de saber a sua opinião, de acordo com a sua sensibilidade, o que é que acha, o porquê desta distinção.

**Luís Lopes:** Se não me engano, eu acho que o escudo da antiga Freguesia de S. Francisco Xavier, tinha duas armações de moinho... exatamente, exatamente. Portanto, nessa lógica, tirei essa ideia. Mas, eu acho que para aumentar a dimensão dos símbolos, tirei uma armação de moinho. No fundo, não estou a extrair nenhum símbolo, porque já existe um; o que eu estou a fazer é a aumentá-los em tamanho. Ou seja, por exemplo, para tornar mais visível os dois símbolos, tirei um, e ocupa um espaço maior, podem ser aumentados, tem melhor leitura, legibilidade, são mais facilmente identificados ao longe. E foi apenas esse critério que me levou a tirar uma das armações, e aumentar um bocadinho o tamanho.

**Miguel Romão (PS):** Obrigado. Miguel Romão, do PS.

Aproveito para cumprimentar o Dr. Luís Lopes, que conheço bem, já não nos víamos há uns anos, e agradecer-lhe, em nome também da Bancada do Partido Socialista, o seu trabalho gracioso para a Freguesia de Belém.

Dito isto, eu creio que, se calhar, não estou, ou não estamos isolados na sensação de que, enquanto fregueses de Belém, se calhar, olhando para estas propostas, não nos revemos naquilo que achamos que é a simbologia associada a esta zona da cidade. Isto é, pensando em especial no antigo brasão de Belém, histórico, facilmente se reconhecia um conjunto de elementos que todos nós identificamos com esta zona da cidade, que identificamos com a história portuguesa, que identificamos com o património que está presente na cidade de Lisboa, nesta zona da cidade de Lisboa. E eu creio que esses elementos foram neutralizados nestas propostas, a um extremo de quase indiferença perante... para um freguês de Belém, quase indiferença perante esta simbologia da freguesia. Não há uma referência explícita, direta, ao património histórico que identifica Belém e identifica Lisboa: o Mosteiro dos Jerónimos, a Torre de Belém – que aparece, enfim, tão neutralizada no que é a sua identidade, e no que é o seu traço arquitetónico, que poderia ser... eu agora percebi melhor as explicações que foram dadas, mas poderia ser qualquer outra torre. Aliás, há setecentas, oitocentas, três mil torres em Itália que são iguais a esta. Quer dizer, a própria figura de Vasco da Gama, que é uma das grandes personalidades da história nacional, uma figura indelevelmente associada a esta zona da cidade, a própria

lítica épica camoniana, referências à Praia do Restelo, a Belém, a toda a zona de Belém, à Epopeia dos Descobrimentos, não tem qualquer reflexo nestas propostas.

E portanto, quer dizer, não posso deixar de lavrar um lamento profundo, independentemente das regras de heráldica, que não conheço, mas deixar uma palavra de lamento em relação à falta de identificação que seguramente muitos dos fregueses sentirão em relação a esta simbologia. Tudo aquilo que está à sua volta, tudo aquilo que eles identificam como Belém não está aqui. Isto é, está, mas está de forma tão neutralizada, que se a ideia é identificar, eu creio que isso não é absolutamente conseguido. Quer dizer, admito que haja limitações, e elas já foram, em parte, explicadas; mas, enfim, lamento que, de facto, tenha sido esta a escolha, que, a nosso ver, é uma escolha que neutraliza a história, neutraliza a geografia, neutraliza o património da nossa freguesia, e não permite uma identificação entre o freguês e a representação da zona da cidade onde vive.

Por outro lado, dois aspetos práticos: por um lado, gostaríamos que, saudando a ideia de pôr à votação dos fregueses as propostas, uma das propostas, mas parecer-nos-ia mais aconselhável que elas fossem verdadeiramente propostas distintas, ou seja, de facto, em que alguém, ao fazer a opção pela Proposta 1, ou pela Proposta 2, tivesse, de facto, perante opções – não digo radicalmente distintas, mas, de facto, distintas, não apenas tendo um elemento unitário ou em duplicado, como é o caso da alteração entre a Proposta 1 e a Proposta 2, no caso da referência às velas dos moinhos, à armação dos moinhos. E portanto, parece-nos que, saudando a ideia de pôr à votação por parte do público, mas, já agora, essas propostas... ganharíamos todos, seguramente, em que elas fossem mais facilmente oponíveis, digamos assim, porque é nisso que radica, na ideia de oponibilidade, que radica qualquer escolha.

E finalmente, gostaríamos de saber também em que momento – isso não resulta, claro, do cronograma que nos foi apresentado – em que momento é que se pretende requerer o parecer obrigatório, tanto quanto percebo, da Comissão de Heráldica, em relação a esta proposta.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Tem a palavra, Sr. Presidente.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado.

Enquanto estava a ouvi-lo falar, eu inicialmente também tive essa angústia que esteve agora a referir, senti ???, porque gosto das coisas muito precisas, e gostava muito do antigo brasão de Santa Maria de Belém, aquela Torre de Belém, claramente visto que era a Torre de Belém, pronto. Mas depois, em conversa com várias pessoas, nomeadamente com o Dr. Luís Lopes, explicaram-me as regras da heráldica. E depois, entretanto, por acaso, ??? nós temos, de uma pessoa da Comissão de Heráldica, que irá pronunciar-se sobre isto mais tarde, pronto, rendido, rendido... aliás, o Dr. João Carvalhosa ??? essas decisões da heráldica, pronto, e nós temos que acatar, e destas novas regras.

Agora, entretanto, depois, vamos lá ver, o que é que me parece aqui ??? Havia umas que tinham fundo verde, em vez de ser azul. Achei o azul mais cor de Belém. Depois, havia aqui... tentámos criar um equilíbrio entre as antigas freguesias, e não quisemos pôr ninguém acima de ninguém, ??? equidistante, e temos aqui dois elementos de cada uma: temos o caranguejo de S. Francisco Xavier e o moinho, características de S. Francisco Xavier; temos a Torre de S. Vicente, mais conhecida por Torre de Belém, e o Rio Tejo, que eram conhecidos mais por parte da antiga Freguesia de Santa Maria de Belém. Está bem, não está aqui o Vasco da Gama, mas pronto, ??? alguma coisa.

Agora, vamos lá ver: eu acho que está muito bem conseguido... como aqueles anteprojetos que fomos vendo, havia uns que eram assim todos redondos, e acho que não se ficava com uma noção de uma torre... e acho que este foi muito bem conseguido, mesmo este pormenor ???, este pormenor de as janelas estarem num tom vermelho, aquilo dá ali um toque especial, que acho que é muito significativo, acho que está muito bem conseguido. Eu nunca me teria lembrado disso, mas, realmente, isto realça, e dá um contexto, dá uma “pedrada no charco”. Acho que é ??? portanto, dois elementos de cada uma das freguesias antigas. E depois, há aqui um outro pormenor: porque aqui, esta freguesia é uma freguesia urbana, já poderia ter até quatro castelos, três ou quatro – pelo menos quatro, cinco já é para os municípios; mas também como já fomos município, podemos ter os quatro. Pronto. E depois, não sei se repararam aqui numa questão, que não se fala em “freguesia”, nem em “concelho”; é só “Belém”. Só está “Belém”. ??? que em Portugal, neste caso concreto, pode ficar só “Belém”, simplesmente “Belém”, porque não há mais nenhuma localidade na nossa terra que se chame Belém. Cá, não há. E portanto, pelas regras heráldicas, isto é correto, é o mais correto. Pronto.

E realmente, depois, pensámos qual seria a melhor metodologia. Obviamente que isto é para os cidadãos, as propostas a quem de direito; consultámos a Comissão de Heráldica também, os especialistas. E o nosso objetivo era, em meados de novembro (na primeira semana, talvez), fazer uma consulta pública, com base nos cadernos eleitorais da Junta, na sede da delegação, as pessoas votam no que acham mais adequado; e depois, a seguir, esse que fosse identificado seria submetido ao parecer da Comissão de Heráldica, a fim de dar o seu parecer, para depois avançarmos com isso, e ver se no final de dezembro, na Assembleia de dezembro, poderíamos aqui tomar a decisão final – poderíamos, não; poderiam, os Srs. Membros da Assembleia, tomar a decisão final para, finalmente, a freguesia ter o seu brasão.

Eu não sei se o Dr. João Carvalhosa quer dizer alguma coisa.

**Presidente da Mesa:** Tem a palavra.

**João Carvalhosa (Vogal):** Eu, obviamente, não discutirei a questão de gosto, porque isso é com cada um. Já não posso concordar quando diz que isto não tem nada a ver com a freguesia. Isso aí, eu discordo completamente. Como?

**Miguel Romão (PS):** Não foi exatamente isso que eu disse. O que eu disse foi que, seguramente, muitos dos fregueses, ao olhar para isto, não reconhecem os elementos da freguesia.

**João Carvalhosa (Vogal):** Não, os fregueses reconhecem, seguramente. Se me disser que alguém que vier de fora não reconhece, bem, posso admitir que sim, mas também uma pessoa que não conheça, por exemplo, o que é que é a bandeira de Inglaterra, também olha para a bandeira e não faz ideia do que é que são os elementos que lá estão. Portanto, é preciso conhecer.

Agora, eu diria que qualquer Belenense saberia olhar para aqui e reconhecer os elementos que são, efetivamente, importantes. Há outros elementos importantes, como é óbvio, para a freguesia; não estamos a minorizar, por exemplo, o Mosteiro dos Jerónimos em favor da Torre de Belém, como é óbvio. Não estamos a dizer que um é mais importante do que o outro. Este era um elemento que já estava no brasão de armas de uma das freguesias, é um elemento reconhecido também em todo o mundo, em todo o país, e portanto, achou-se por bem manter e não fazer inovações nesta matéria. O elemento “mar” também nos parece óbvio, visto ser a frente do rio cada vez mais importante na vida das cidades, e portanto, na vida da freguesia também. E depois, temos outros elementos mais simbólicos desta freguesia, desta parte da freguesia anterior de S. Francisco Xavier, que também têm, obviamente, o seu simbolismo: o moinho, que também tem a ver com o vento – que todos nós sabemos que nesta freguesia é muito, e às vezes desagradável. Portanto, isto está carregado de símbolos que as pessoas daqui reconhecem com a maior das facilidades.

Posso perceber que o seu gosto, ou a perceção das pessoas, poderia dizer-se: “Mas eu gostaria de lá ver a Torre de Belém”, de facto, aquela Torre de Belém ali. Não é possível. E portanto, a questão aqui é não ser possível. Nós temos de gerir, dentro daquilo que é, eu diria – mas não sei se estou enganado – mas, dentro daquilo que é um reduzido, ou um limitado número de elementos gráficos que podem ser utilizados; estamos a falar de um limitado número. Eu atrevo-me a dizer – e não sei, se o Dr. Luís Lopes me quiser contrariar, faça o favor – mas, eu atrevo-me a dizer que esta Torre de Belém já vai um bocado além daquilo que é o elemento gráfico normal. Ou seja, já estamos aqui a esticar um bocadinho – perdoem-me a expressão – a esticar um bocadinho a corda, porque os elementos gráficos normais que representam este tipo de edifícios são muito mais simples do que este. Pronto.

Agora, portanto, tivemos sempre esse cuidado de, de facto, representar os símbolos que são de Belém, pegando naquilo que existia, os símbolos das duas antigas freguesias, e cumprindo escrupulosamente as regras heráldicas, porque senão, de facto, o risco era este: nós aprovarmos uma coisa, e depois vai à Comissão de Heráldica, e chumba.

Respondendo à sua questão, como o Sr. Presidente já respondeu, mas a consulta à Comissão de Heráldica está prevista entre o fim da consulta popular... enfim, não tem os contornos de um referendo, porque os contornos de um referendo são muito complicados; estamos a falar de uma consulta popular, as pessoas vão ser

chamadas a vir dar a sua opinião, na primeira semana de novembro, exatamente para termos tempo para, junto da Comissão de Heráldica (que tem que aprovar isto), dar-nos tempo para aprovar em dezembro, na Assembleia de Freguesia, aquilo que as pessoas votaram, dentro destas duas propostas.

**Luís Lopes:** Só queria esclarecer aqui uma coisa, que eu não referi: isto não foi feito por mim; eu dei apenas uma contribuição minha, tem também uma contribuição do heraldista, o Dr. Miguel Seixas, e portanto, o que está aqui não é resultado só do meu trabalho nem investigação; é o resultado do trabalho de várias pessoas.

Em resposta ao Dr. Miguel Romão, é também um prazer ver-te aqui hoje, mas devo dizer que estás errado. Esta torre, não há na heráldica portuguesa mais nenhuma igual. As torres a que tu te referias, que há três mil torres que podem ser iguais a estas, referiste-te a torres redondas. No armorial português, que se não me engano, tem para aí uns mil e quinhentos brasões, se tanto, há muito poucas, contam-se pelos dedos de uma mão as torres quadradas que há, e baluartes, que é o caso deste aqui, porque isto é um baluarte encimado por uma torre, há para aí dois, em mil e quinhentos no armorial português, há para aí dois ou três, ou quatro, e nenhum deles é igual a este. Portanto, isto ??? é um símbolo único que está nesta freguesia.

Obrigado.

**Presidente da Mesa:** Faça favor.

**Miguel Romão (PS):** Muito obrigado. Miguel Romão, do Partido Socialista.

Agradeço as explicações que foram dadas pelos membros do Executivo, pelo Dr. Luís Lopes. Não obstante, mantemos duas das nossas dúvidas. E uma delas é: por que não, aproveitando a proposta, a boa proposta de fazer uma consulta à população, por que não alargar o leque de escolhas – ainda por cima tivemos informação de que houve várias propostas divergentes destas, porque creio que pode fazer sentido, de facto, proporcionar uma escolha mais alargada, tendo em conta que são propostas diferentes, mas são muito semelhantes. Creio que nisso, conseguimos estar todos de acordo. E se ainda por cima houve mais alternativas, por que não as pessoas escolherem uma de quatro, ou uma de três, sem prejuízo dos direitos de autor destes trabalhos, mas creio que assim seria valorizado o trabalho dos autores, e seria valorizada a iniciativa da Junta de Freguesia.

A segunda dúvida diz respeito ao processo: desde logo, estamos a convidar, estão os senhores a convidar os fregueses para votar, para escolherem um brasão que poderá não ser o brasão definitivo, porque está sujeito a um parecer obrigatório da Comissão de Heráldica, e à aprovação, aliás, da Assembleia de Freguesia. E portanto, não faria mais sentido colocar a população a escolher um trabalho de trabalhos que já estivessem validados de alguma forma?

Muito obrigado.

**João Carvalhosa (Vogal):** Eu percebo a questão, é pertinente, como é óbvio. Eu diria que nós, ao chegarmos até aqui, tomámos as devidas precauções para garantir que o que está aqui apresentado é quase impossível, entre aspas, é quase impossível de ser chumbado. Ou seja, nós consultámos várias pessoas, nomeadamente o Dr. Luís Lopes consultou também, o Prof. Metelo Seixas também consultou várias pessoas ligadas a este processo, exatamente para perceber e evitar esse risco. Ou seja, nós temos já aqui consultas informais feitas exatamente para se perceber se estávamos a infringir alguma regra heráldica, ou não. Mas a Comissão, julgo eu – mas o Dr. Luís poderá dizer melhor do que eu – não vai apreciar gostos ou opções, se é a Torre de Belém, se é o Mosteiro dos Jerónimos; a Comissão irá dizer, julgo eu, se isto cumpre ou não cumpre as regras que estão estabelecidas para a construção de brasões, para a criação de brasões. Pronto. E portanto, acho que... eventualmente, se a Comissão de Heráldica... repare, imagine que nós colocávamos uma série de hipóteses à Comissão de Heráldica, e a Comissão de Heráldica tinha que se pronunciar sobre todas elas, ou seja, estávamos aqui num processo um bocado complicado demais para o que é a realidade. Enfim, e em bom rigor, em bom rigor, é o que se passa noutros sítios; os senhores, e nós também não, não conhecem, com certeza – ou se conhecem, por favor digam onde, que é para nós irmos perguntar – brasões de armas a serem votados pelas pessoas; geralmente, é o órgão que decide, está fundamentado, chega-se cá, as pessoas votam, está votado. Isto aqui é uma boa inovação da nossa Assembleia de Freguesia. Já agora, a proposta, não é exclusiva da Junta de Freguesia; não, eu diria que isto é uma proposta de todos, porque a proposta que está aqui é uma proposta de metodologia de trabalho, para chegarmos a dezembro e votarmos uma das duas opções.

Quanto à questão se podiam ser duas, três, quatro, cinco, aceito a sua opinião. É verdade que podiam ser muitas mais. A ideia aqui foi... nós fizemos testes diferentes, só que os testes diferentes, em alguns dos casos, acabavam por diminuir... a questão é a introdução também de novos elementos, que acabam por diminuir a importância que estes elementos que foram cá colocados têm, neste momento, como símbolo. Ok? Portanto, nós chegámos aqui a um caminho, exatamente para dar importância aos símbolos que aqui estão.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado. Eu só queria dizer que precisamente por causa disso que estava a referir, é que nós tivemos o cuidado também de analisar vários projetos, mas para termos alguma garantia por parte da Comissão de Heráldica de que isto passaria, não poderíamos apresentar uma panóplia de propostas; tivemos que nos circunscrever ao essencial, àquelas que, praticamente, seja qual for a proposta que a população indicar, que a Comissão de Heráldica dará a sua anuência, para evitar, depois... imaginem, termos cinco ou seis, isso era impossível termos, *ad initium*, uma garantia de que a Comissão de Heráldica iria aprovar. E de maneira que assim, existe uma garantia de que não haverá problemas. De outra forma, ???

Obrigado.

**Miguel Romão (PS):** Já agora, se puder só aqui fazer uma sugestão: uma vez que a ordem de trabalhos não prevê, nós sentíamo-nos mais confortáveis se não



houvesse, neste momento, lugar à aprovação destas duas propostas, até porque a Assembleia de Freguesia preferiria, creio eu, aprovar a proposta definitiva. No documento que foi entregue, no documento que foi entregue pelos Srs. Doutores, diz que propõe-se à aprovação...

**Presidente do Executivo:** Desta metodologia...

**Miguel Romão (PS):** Passo a ler: “Propõe-se à aprovação da Assembleia de Freguesia de duas propostas de brasão de armas em anexo.” É isto que é proposto. E portanto, como não consta nenhuma aprovação, de duas propostas, na ordem de trabalhos, e como ela seguramente será mais vantajosa apenas em relação a uma delas no final do processo, nós gostaríamos que pudesse ser retirada a proposta de aprovação.

**João Carvalhosa (Vogal):** Esclareça-me só uma coisa: então, vocês estão... o que o Grupo está a dizer é que a Assembleia de Freguesia só deve propor um brasão de armas, uma proposta, é isso que está a propor? Desculpe lá, só para percebermos o que é que está exatamente a propor.

**Miguel Romão (PS):** Eu acho que toda a gente percebeu.

**João Carvalhosa (Vogal):** Desculpe lá, eu não percebi.

**Miguel Romão (PS):** Eu estou a dizer duas coisas: na ordem de trabalhos, não consta nenhuma votação sobre a aprovação de propostas de brasão de armas para a freguesia, ao contrário do que consta, e citei, do documento que foi entregue a esta Assembleia. E portanto, a minha sugestão, e a sugestão desta Bancada, é que, não obstante o que se diz na proposta que foi apresentada à Assembleia, não haja lugar a aprovação de duas propostas de brasão de armas em anexo a este documento.

**Presidente do Executivo:** Está bem, então, pronto, ??? isto foi apreciado hoje aqui, apreciado, discutido, foi apreciado, pelo menos na Assembleia, e até pelo público presente. E depois, a Junta de Freguesia fará uma consulta às pessoas, para ver o que é que gostariam, e depois isso virá, mostraremos à Comissão de Heráldica, e depois, na próxima Assembleia de Freguesia, viria cá para votação definitiva. Tudo bem. Assim já está em consonância com a ordem de trabalhos. Pronto.

**Presidente da Mesa:** Eu tinha prometido, e não gosto... Exatamente. Tem a palavra.

**Álvaro Santos (Elemento do público):** Boa noite. Álvaro da Costa Santos, freguês desta freguesia, morador no Bairro de Belém, Rua 4, n.º 11, 1400-060.

Agradeço à Mesa da Assembleia por ter permitido eu dar uma opinião.

Gostaria de saber se foi dado à Comissão que analisou este projeto de brasão que Belém foi um concelho, e daí é que nasceu a Freguesia de Belém. Portanto,

tinha que ser feito no brasão aquilo que eu não me apercebo que está aqui, não me apercebo, e percebo que está a dar um grande ênfase à Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier, uma freguesia que tem cinquenta e seis anos. E digo isto por quê? Nota-se no brasão dois moinhos, conforme está na bandeira, e o caranguejo. E eu propunha, isto é uma proposta – pode ter validade, ou não, não interessa – num dos cantos, seria dado o símbolo dos descobrimentos desta cidade. Belém foi a zona de descobrimentos, e aqui não tem nenhum símbolo dos descobrimentos. A bandeira do concelho tem lá a Torre de Belém e o Vasco da Gama, Vasco da Gama que é visitado consecutivamente num túmulo que está nos Jerónimos. Portanto, é conhecido em toda a parte. Se puserem aqui o símbolo do Vasco da Gama, sabem que é ????. Eu penso, isto é uma opinião, vale o que vale, de maneira que, talvez não soubessem que isto foi o Concelho de Belém. E isto tem muita matéria para tirar no Concelho de Belém.

Muito obrigado. Muito boa noite a todos.

**Presidente da Mesa:** Nós é que agradecemos, muito obrigado.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado.

Só queria dizer uma coisa: Santa Maria de Belém começou como freguesia, e depois, mais tarde, foi concelho durante trinta e três anos, e depois voltou a freguesia. Portanto, não começou como concelho; foi primeiro freguesia durante uma série de anos, e depois, em 1883... antes, foi freguesia. Eu posso-lhe explicar depois as datas, concretamente, de tudo aquilo. Foi primeiro uma freguesia, depois foi um concelho, durante trinta e três anos, e voltou a ser freguesia, até hoje. E S. Francisco Xavier é “filho” da Freguesia de Santa Maria de Belém, e agora voltámos a reunir-nos, mas saiu de cá há cinquenta e três anos, salvo erro.

Muito obrigado.

**Presidente da Mesa:** Tem a palavra, e é a última, porque já estamos a passar da hora.

**Teresa Almeida (PS):** Teresa Almeida, PS.

Eu gostaria apenas de dizer que isto não deveria ter acontecido. Quer dizer, o período para o público pode ser no início e depois no fim, com certeza que houve aqui um apelo a que este processo depois pudesse ter participação, e obviamente que havia aqui uma vontade de haver uma participação de uma pessoa do público, mas penso que o Sr. Presidente ????. Quer dizer, tudo isto é inoportuno no âmbito de uma Assembleia de Freguesia. E portanto, eu pedia à Mesa, ao Sr. Presidente para...

**Presidente da Mesa:** Houve alguma condescendência, porque se chegou a um consenso, e era isso...

**Teresa Almeida (PS):** Sim, mas a intervenção do público não pertence a este processo.

**Presidente da Mesa:** Exatamente, foi uma exceção, que obviamente não é para continuar.

Passamos, então, ao último ponto da ordem de trabalhos, que é a Informação escrita do Sr. Presidente. Eu presumo que todos receberam a informação escrita. Não sei se alguém quer pôr alguma questão sobre a informação escrita do Sr. Presidente. Então, Dra. Isabel, se pudesse ser sucinta, se faz favor.

**Isabel Lopes da Silva (PCP):** Isabel Lopes da Silva, PCP.

Isto é uma questão – posso estar enganada – que o Padrão dos Descobrimentos foi feito pelo Arq.<sup>o</sup> Cottinelli Telmo, mas eu acho que foi o Leopoldo de Almeida. Foram os dois? Pronto. Então, era bom pôr os dois, porque a filha dele, do Leopoldo de Almeida, a grande artista Helena de Almeida, ficou muito triste e confusa.

**Presidente da Mesa:** Estamos esclarecidos? Teresa Almeida.

**Teresa Almeida (PS):** Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Relativamente à informação escrita, nós continuamos a ter um entendimento de que ela é prestada com informações avulsas, e que nos leva a uma espécie de história e de uma representação por parte do Sr. Presidente, mas não nos dá uma verdadeira informação relativamente ao período a que se refere. Eu recorro que nesta introdução até se fala nas primárias do Partido Socialista – que eu não percebo, francamente, por que é que elas têm que estar aqui referidas, porque, francamente, acho que é um processo externo à vivência da Junta de Freguesia. Vagamente, refere-se que a negociação foi suspensa porque havia primárias. Francamente, o 0070enso que é de mau gosto esta referência, e não está justificada.

Depois, segue-se para uma inauguração de um parque infantil, no Jardim ???, onde ficou o Sr. Presidente aqui, enfim, nesta fotografia. Mas, nós gostaríamos de perguntar, este espaço ajardinado teve uma autoria, tem um arquiteto paisagista, ou uma arquiteta paisagista, independentemente de haver estes dispositivos para que as crianças possam ter alguns espaços mais vocacionados para o seu recreio, eu penso que temos que trabalhar com mais capacidade de estas intervenções serem mais pensadas. E aquilo que eu gostaria de saber é se, efetivamente, junto da autoria deste espaço, esta localização estava prevista, se foi acompanhada, enfim, como é que este processo decorreu, porque nos parece ser uma cautela que a Junta de Freguesia deve acautelar.

Depois, seguimos para a questão deste processo relativo ao Jardim da Praça do Império – já foi discutido, não vamos estar aqui, enfim, a voltar a falar sobre ele – mas, também me parece que é feito aqui de uma forma um bocadinho coloquial, não sendo completamente preciso naquilo que foi a autoria, como já aqui foi dito,

e até como é que este processo apareceu na história – fala-se de uma forma menos precisa, e eu penso que nós devemos ter este historial bem representado.

E não deixo, agora mesmo, a propósito deste tema, de lançar aqui um protesto veemente pelo facto de, desde há uma hora, no *site* da Junta de Freguesia, já estar o resultado da votação que aqui tivemos. Ainda nem sequer terminou a reunião, e já está a ser divulgado quem votou contra, quem votou a favor, já há comentários de munícipes a dizer que é lamentável... Quer dizer, penso que poderia haver cautela, para que se esperasse pelo fim desta Assembleia, para depois, então, a Junta poder fazer a divulgação que quisesse. Nós sermos surpreendidos para uma divulgação já com resultados, e ainda nem sequer está aprovado em minuta, francamente, penso que há aqui uma precipitação que não abona num processo em que devemos estar, enfim, com mais cautela, com mais seriedade, com uma melhor ponderação, quer na transparência, quer na manutenção... Acho que esse procedimento poderia ser mais sensato.

Depois, segue para uma série de atividades que foram ocorrendo. E eu apenas gostaria de pedir que quando há aqui este final da página 15, de “A Junta decide...”, também aqui a informação que nos seja dada seja completa. Há umas abordagens das deliberações que falam só na adjudicação, há outras que já falam qual foi o montante da adjudicação; enfim, há aqui um referencial que não estava abalizado. Também pedíamos que esta informação fosse normalizada, que nos dissessem, apoio ??? da catequese qual foi o montante, que não seja uma situação que parece que foi ocorrendo, que o Sr. Presidente se foi lembrando das coisas que aconteceram, e vai aqui relatando. Portanto, que isto tenha uma formatação mais específica, mais rigorosa, e que represente, como representa, enfim, aquilo que foi a atividade do Sr. Presidente durante o período de que nos dá conhecimento.

Muito obrigada.

**Presidente da Mesa:** Sr. Presidente, quer tomar a palavra?

**Presidente do Executivo:** Sr. Presidente, como eu já disse, é uma questão de estilo, de gostos. Pronto. Agora, só há aqui uma questão... quanto a essa questão ??? e eventualmente, pronto, isso acontece, isto é uma Junta muito participada, muito participativa ????. Agora, não há qualquer inconveniente nesse aspeto, qualquer inconveniente para ninguém. Quer dizer, realmente é bom que as pessoas também tenham conhecimento do que se vai aqui decidindo; agora, se foi à uma hora da manhã, ou às duas, ou amanhã, qual é o problema? Não há nenhum problema, em princípio, nesse aspeto. Se fosse tarde e a más horas... mas aqui, estamos já a dar uma informação rápida ??? não vejo qual é o inconveniente, mas pronto. Se fica incomodada por isso, não vejo por quê, qual é o problema. Sente-se desconfortável com alguma coisa? Muito sinceramente, não percebo qual é o problema nesse aspeto.

Pronto, quanto às outras questões, é evidente que no parque infantil, posso-lhe dizer que estava previsto para ser num outro local, falámos com a população, a população não mostrou muito disponibilidade para o local onde estava

inicialmente previsto, que era deste lado, quando se sobe a Avenida, do lado direito ??? agora não me lembro como é que se chama, o nome desse jardim. Mas, depois de a população não querer, nós temos presente que a nossa atividade é desenvolvida para a população, e não ser contra a população, e então, nós escolhemos outro local que estivesse de acordo com a maioria das pessoas, e que não trouxesse qualquer inconveniente. E nesse caso, como é evidente, em articulação estreita com a Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente com a Unidade de Intervenção Territorial, achou-se que aquilo seria o lugar adequado, e fomos, estivemos sempre a acompanhar, junto com a Junta, esse trabalho, essa obra, da Câmara Municipal, como é evidente. Fazemos questão, quando é no espaço público, ser feito em articulação.

Obrigado.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado a todos. Uma boa noite, e até à próxima sessão.